

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de História

Diego Scherer da Silva

**A missivista, a prisão e a resistência:
as estratégias e táticas nas cartas de Flávia Schilling (Uruguai, 1972-1980)**

Porto Alegre, 18 de novembro de 2011

Diego Scherer da Silva

**A missivista, a prisão e a resistência:
as estratégias e táticas nas cartas de Flávia Schilling (Uruguai, 1972-1980)**

Trabalho de conclusão do Curso de Licenciatura em História apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt

Porto Alegre, 18 de novembro de 2011

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao Professor Benito Bisso Schmidt, meu orientador, pelas leituras atentas, críticas, sugestões e elogios que tornaram possível o presente trabalho. Agradeço pelos valiosos ensinamentos e por me iniciar na pesquisa científica.

Ao professor Enrique Padrós e a professora Carla Rodeghero que gentilmente aceitaram fazer parte da banca examinadora.

À Carolina Di Laccio, colega de bolsa e amiga, que participou constantemente das discussões do presente trabalho.

Aos colegas e amigos, especialmente Said Salomón, Bárbara Groff, Larissa Soares, Júlia Manzano e Lutero Strege pelo apoio e companheirismo ao longo dessa jornada.

Um muito obrigado aos meus pais, Cássio Silva e Cristina Scherer pelo suporte material, afetivo e por acreditarem que essa coisa de ser historiador pode dar certo.

À Keka, ao Guto e à Mari, pela companhia, mesmo a distância, em todos os momentos.

Agradeço à Viviane, companheira querida, pelo apoio, incentivo e por revisar atentamente os textos.

RESUMO

O trabalho analisa parte da trajetória da brasileira Flávia Schilling (nascida em 1953), a partir das cartas que ela escreveu no cárcere político no Uruguai entre 1972 e 1980, com foco nas estratégias de repressão e nas táticas de resistência empreendidas por ela e suas companheiras. Vivendo em Montevideu, Flávia dedicou-se à militância política no grupo Tupamaros, e foi lá que, aos 18 anos, em novembro de 1972, acabou presa. Durante o seu encarceramento, escreveu constantemente para sua família, narrando, dentro dos limites possíveis, seu dia-a-dia no cárcere. Utilizando essas cartas como fonte principal, pretendeu-se responder as seguintes questões: (1) De que forma é possível perceber nas missivas estratégias de repressão presentes nas prisões políticas uruguaias? (2) Quais as táticas utilizadas por Flávia e suas companheiras para enfrentar essas estratégias que podem ser observadas nas cartas publicadas nos livros “Querida família:” (1978) e “Querida liberdade” (1980)? Em termos teóricos, são discutidos os seguintes conceitos: “instituição total” (E. Goffman), “poder disciplinar” (M. Foucault), “táticas” e “resistências” (M. de Certeau).

Palavras-chave: Flávia Schilling – Ditadura – Uruguai – prisão política – táticas e resistências – escritas de si

SUMÁRIO

Introdução, p. 5

1 Capítulo 1: A missivista, os livros e as missivas, p. 12

1.1 A missivista, p. 12

1.2 Os livros, p. 15

1.3 As missivas, p. 18

2 Capítulo 2: A prisão, p. 22

2.1 “Quedas de comunicação”: as estratégias da repressão nos meios de diálogo, p. 22

2.2 Nas mãos do Estado: a política dos reféns, p. 25

2.3 A repressão no cotidiano: As estratégias no dia a dia, p. 28

3 Capítulo 3: A resistência, p. 32

3.1 Táticas e mais táticas: a construção de uma rotina resistente, p. 33

3.2 Quando a repressão virou resistência: o exemplo do trabalho obrigatório, p. 38

3.3 As cartas como tática: a resistência a partir das palavras, p. 39

Conclusão, p. 42

Anexos, p. 45

Lista de fontes, p. 46

Bibliografia, p. 47

Introdução

Querido povo brasileiro:

Hoje faz uma semana que fui libertada. Custou, mas chegou; foi difícil, mas vocês (o povo brasileiro) ganharam a luta, ganhamos.

Esta carta é muito especial: Hoje estou sentada em minha casa; já passou tudo (passou?), deparo-me agora, reaprendendo a vida cotidiana, o diálogo, a espontaneidade, todas as pequenas coisas (assim como aprender a abrir uma porta e a tratar com naturalidade uma criança, tudo isso depois de 7 anos e meio), insegura em muitos aspectos, porém lutando para que o medo à liberdade nunca seja mais forte do que o amor a ela. (SP. - 21/04/1980 – SCHILLING, 1980)

A carta acima, escrita por Flávia Schilling, aborda o fim de uma longa caminhada. Depois de 7 anos e meio se chegava à “Querida Liberdade”. Mas o caminho foi complicado. As prisões políticas uruguaias foram a “casa” de Flávia durante todos esses anos. Medos, transferências, torturas, trabalhos forçados, limitações e inseguranças pontuaram o seu cotidiano. Mas não só disso se fez a sua jornada. Risos, brincadeiras, leituras, trabalhos manuais, divagações também integram o seu dia-a-dia.

Sabemos, como visto acima, que tudo acabou “bem”. Flávia voltou viva ao Brasil. Neste trabalho, entretanto, pretendemos “dar um passo atrás” e elucidar o caminhar de sua vivência na prisão. Caminhar tal, que pode ser acompanhado através de suas cartas escrita ao longo dos anos de encarceramento. Foram longos anos de repressão e resistência, isso é fato. Mas como se deu essa vivência? Quais os elementos de repressão vigentes? Quais as maneiras de se resistir a essa prisão política?

Flávia saiu do Brasil ao acompanhar o exílio do seu pai no Uruguai após o golpe civil-militar de 1964. Naquele país completou seus estudos e ingressou na Faculdade de Medicina de Montevideú. Ainda no primeiro ano de graduação, integrou-se ao Movimento de Libertação Nacional (MLN), dedicando-se à militância política. Flávia acabou presa em 24 de novembro de 1972, aos 18 anos de idade. No momento de sua prisão, foi ferida por um tiro, tendo a bala lhe perfurado a laringe e a epiglote, causando séria hemorragia. Submetida a uma cirurgia no hospital militar, Flávia foi salva pela equipe médica.

Durante o período em que esteve no hospital Flávia iniciou uma prática que iria lhe acompanhar durante todo o seu período de reclusão: a escrita de cartas à família. Essas missivas foram sua forma de contato com o mundo fora da prisão, seu meio de comunicação, seu jeito de relatar, dentro dos limites possíveis, sua vida no cárcere. As cartas que chegavam a sua família foram publicadas em dois livros: “Querida família:”, do ano de 1978, e “Querida

Liberdade”, de 1980. Tais cartas somam um total de 174, sendo 35 no primeiro livro e 139 no segundo – dessas 139 missivas, 26 são fragmentos das mesmas contidas no primeiro livro.

Nesse trabalho específico temos por objetivo utilizar as cartas escritas por Flávia e publicadas nesses livros como fonte principal para reconstruir suas táticas de resistência e as estratégias de repressão da prisão política. Assim, a pesquisa pretendeu responder as seguintes questões:

1. De que forma é possível perceber nas missivas estratégias de repressão características das prisões políticas uruguaias?
2. Quais as táticas utilizadas por Flávia e suas companheiras para enfrentar as estratégias de repressão empregadas durante sua prisão que podem ser observadas nas cartas publicadas nos livros “Querida família:” e “Querida liberdade”?

A delimitação temporal do trabalho está relacionada com as cartas de Flávia publicadas nos livros mencionados, período que condiz com a sua reclusão política, iniciada em novembro de 1972 e tendo como data limite final o mês de abril de 1980. Tais datas servem como pontos referenciais para o trabalho, mas não como marcos cronológicos rígidos, já que elementos que não se encaixam nessa delimitação necessitaram ser analisados.

Alguns estudos que apresentam parte da trajetória de Flávia como elemento de análise já foram realizados. Um primeiro trabalho que aborda as suas experiências é a dissertação de mestrado em educação “Estudos sobre resistência”, defendida na Universidade Estadual de Campinas em 1991 pela própria Flávia Schilling (SCHILLING,1991). Nesse estudo, é possível visualizar algumas questões subjetivas sobre o período em que ela esteve presa e é uma interessante análise a respeito da resistência dentro da prisão. Desejando entender a sua sobrevivência - como pode ser visto na seguinte passagem: “como ela foi possível, como o é... como foi possível sobreviver à prisão?” (SCHILLING, 1991, p.02) - observa-se na dissertação de Flávia o diálogo de sua experiência com a perspectiva de um trabalho acadêmico. Diálogo que enriquece a análise da presente pesquisa, principalmente no que diz respeito à compreensão de sua trajetória dentro da prisão e nas reflexões posteriores realizadas por ela a partir de suas experiências.

O livro “Anistia ampla, geral e irrestrita: História de uma luta inconclusa” (RODEGHERO; DIENSTMANN; TRINDADE, 2011) é outro trabalho que, a partir da discussão mais ampla da luta pela Anistia no Brasil, evidencia elementos da realidade vivida por Flávia. No capítulo dedicado à campanha em prol da sua libertação, é possível ter contato com aspectos da sua trajetória, além dos acontecimentos que tiveram destaque nos anos finais de sua prisão. Acontecimentos tais que são importantes na análise da presente pesquisa,

principalmente quando se referem aos papéis que os livros de Flávia publicados no período tiveram na mencionada campanha.

Referenciando ainda a experiência de Flávia, Susel da Rosa (2009), em artigo intitulado “Flávia Schilling e a escrita de si como dispositivo de resistência”, propõe-nos a reflexão da importância da escrita epistolar como atividade de resistência na prisão. Abordando o período em que Flávia esteve presa e utilizando como fonte o livro “Querida Liberdade”, Rosa permite uma interessante reflexão sobre as atividades realizadas por Schilling durante a prisão. A presente pesquisa aproxima-se em alguns aspectos do citado trabalho, principalmente pelo enfoque na escrita epistolar como atividade de resistência. Apresenta, entretanto, uma perspectiva diferente ao utilizar como fonte os dois livros de Flávia e estar interessado em visualizar as táticas de resistência em todos os âmbitos da prisão, além de elucidar as estratégias de repressão da prisão política feminina uruguaia evidenciadas nas missivas.

Por último, mas não menos importante, o trabalho de Tatiana Trindade (2009) intitulado “O papel materno na resistência à ditadura: o caso das mães de Flávio Tavares, Flávio Koutzii e Flávia Schilling”, nos possibilita visualizar o engajamento da mãe de Flávia na campanha pela sua libertação e as lutas e mudanças políticas vividas no Brasil ao longo dos anos da prisão de Flávia.

Os trabalhos citados são relevantes para a construção de um diálogo com o que foi abordado na presente monografia sobre a trajetória de Flávia Schilling. Tendo como foco central da análise sua estadia na prisão política e utilizando como fontes as cartas escritas no presídio, a pesquisa – ao abordar os elementos de repressão e resistência no cárcere – possibilitou visualizar tal experiência com um enfoque diferente da bibliografia referida.

Na tentativa de aproximar-nos das discussões a respeito das características da prisão política uruguaia, alguns trabalhos mereceram a nossa atenção. Em primeiro lugar, a tese de doutorado de Enrique Padrós (2005), “Como el Uruguay no hay -: terror de Estado e segurança nacional Uruguai (1968-1985): do pachecato à ditadura civil-militar”, é um extenso trabalho que, abordando um longo período da história uruguaia, apresenta uma rica discussão a respeito do que o autor chama de as “modalidades particulares o terror de Estado Uruguai” (PADRÓS, 2005, p.539), como a prisão prolongada e a política dos reféns, características que fizeram parte também da realidade vivida pela personagem foco dessa pesquisa.

Evidenciando, também, as características da prisão política uruguaia, o artigo “Memória, Gênero e Repressão Política no Cone Sul (1984-1991)” da pesquisadora Mariana Joffily (2010, p. 111), visualizando “sob uma perspectiva de gênero, os informes de violações

aos Direitos Humanos conhecidos como *Nunca más*, redigidos no momento de transição das ditaduras militares para a democracia na Argentina (1984), no Brasil (1985), no Uruguai (1989) e no Chile (1991)”, apresenta importantes considerações no que tange aos elementos do regime uruguaio enunciados anteriormente. Considerações essas que embasaram as nossas discussões.

A prisão política é tratada teoricamente aqui a partir dos estudos de Erving Goffman (2003) e Michel Foucault (2009). Acreditamos, assim, ser necessário trazeremos algumas palavras sobre seus trabalhos.

Erving Goffman apresenta em sua obra “Manicômios, prisões e conventos” o conceito de “instituição total”, que corresponde a diferentes formas de instituições onde a vida dos indivíduos confinados encontra-se submetida a regulamentações diárias (BORGES, 2007, p.22), como hospitais, conventos, prisões, escolas e quartéis. Um tipo de estabelecimento que corresponderia ao “local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e fortemente administrada.” (GOFFMAN, 2003, p. 11). Enfim, uma vida em constante vigilância, em uma tensão permanente, onde o indivíduo perde o seu “estojo de identidade”¹.

Concorda-se, entretanto, com a posição de Borges (2007, p. 22) ao visualizar

[...] o espaço de confinamento como um sistema de controle e resistência, [no qual] a ‘nova história institucional’ analisa as inter-relações entre a vida do internado e as normas da instituição. Tal perspectiva permite a exploração das tentativas dos internados de jogar com as regras impostas, de buscar modificá-las, ou reapropriá-las através das praticas quotidianas, as quais tornam o conceito de ‘instituição total’ relativo.

Como fica evidenciado nas cartas de Flávia, e como indicam outros relatos de presos políticos, tal subordinação à instituição prisional nunca foi total, pois se achavam meios para burlar a vigilância e a tensão constantes, o que, confirmando a indicação de Borges, contribui para relativizar o conceito de instituição quando se pensa o caso de *Punta Rieles* – prisão política feminina uruguaia onde Flávia esteve presa.

Elemento importante para o desenvolvimento da pesquisa foi a noção de “poder disciplinar” apresentado por Foucault (2009, p.164). Para o autor, o “poder disciplinar” é

[...] um poder que, em vez de apropriar e de retirar, tem como função maior ‘adestrar’; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. [...]. A disciplina ‘fabrica’ indivíduos; ela é a técnica específica de

¹ O “estojo de identidade” refere-se a aspectos da identidade do indivíduo, como a aparência ou bens pessoais, e que são retirados do mesmo ao entrar em uma instituição total.

um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e instrumentos de seu exercício. [...]; é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente.

Esse tipo de poder é constante no cotidiano da prisão política de Flávia, como verificado em suas cartas. Adestrador e permanente, o poder disciplinar, conforme expõe Borges (2007, p.24),

apresenta-se como uma ‘relação específica’ que atua ‘sobre os indivíduos enclausurados’, a qual utiliza uma tecnologia própria de controle, presente em instituições diferentes como a prisão, o hospital, o exército, a escola e a fábrica [...].

Para entender melhor as formas de repressão da prisão política uruguaia e as formas de resistência a essa subordinação e vigilância constante, acreditamos que os conceitos de “estratégia” e “tática”, apresentados por Certeau (1996) em sua obra “A invenção do cotidiano”, são de grande valia.

Conforme expõe Schmidt (1994, p.83), o objetivo de Certeau em seu livro é “demonstrar e analisar a apropriação criativa e por vezes subversiva que as pessoas comuns fazem dos produtos impostos pelas elites culturais na sociedade de massas. Dessa forma, rejeita o mito do consumidor passivo e considera o consumo como uma forma de produção”. Enquanto Certeau busca nas práticas do dia-a-dia “os ‘possíveis pontos de fuga’ da totalidade construída pelo saber dominante e interessa-se pelo cotidiano enquanto local de rebelião do homem comum” (SCHMIDT, 1994, p. 82), transpusemos aqui essa noção para o ambiente da prisão, onde era possível, através das apropriações dos elementos repressivos do cárcere pelos prisioneiros, constituir táticas de resistência - atividades quotidianas que pudessem trazer um mínimo de conforto e meios de sobrevivência à pressão física e psicológica, ao “projeto de aniquilamento espiritual e de domesticação” (KOUTZII, 1984, p. 33) de uma prisão política, que, como fica evidenciado nas cartas de Flávia, era brutal.

Utilizamos, portanto, o termo ‘tática’ na presente pesquisa no sentido atribuído por Certeau (1996, p.40), como “truques espertos do ‘fraco’ no interior da ordem estabelecida pelo forte”. Como ele aponta, “é necessário, vigilantemente, fazer uso das fendas, das conjunções particulares abertas na vigilância dos proprietários dos poderes. Ela [a tática] invade seus espaços. Ela cria surpresas. Ela pode estar onde é menos esperada. Ela é uma artimanha astuciosa” (CERTEAU, 1996, p.37). Assim, as táticas são ações fragmentadas, furtivas, “oportunistas”, “os ‘pontos de fuga’ possíveis dos vários sistemas de dominação” (SCHMIDT, 1994, p. 92).

A noção de estratégia é utilizada aqui a partir da ideia de “cálculo ou manipulação das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder pode ser isolado” (CERTEAU, 1996, p. 99). Sujeito esse que, na presente pesquisa, é a prisão política, a qual, a partir de ações possibilitadas pelo poder, elabora sistemas e discursos totalizantes capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem (CERTEAU, 1996, p.102).

Acreditamos, concordando com a exposição de Borges (2007, p. 27), que “o poder disciplinar, tal como entende Foucault, tem como correlato as táticas de resistência quotidiana dos fracos, sobre as quais Certeau desenvolve sua reflexão”. Assim, pretendemos analisar como os pontos de vigilância – o poder disciplinar de Foucault – é apresentado nas cartas de Flávia, e como tais pontos são burlados pelas táticas de resistência – a “antidisciplina” de Certeau –, no que tange à reapropriação das estratégias impostas pelo dominante e à criação de “pontos de fuga” próprios pelos “dominados”.

Os documentos que serão utilizados como fontes primárias centrais da presente monografia são, como já foi dito, as cartas de Flávia Schilling escritas durante o período em que ela se encontrava presa no Uruguai, entre os anos de 1972 e 1980. As missivas, como também já foi apontado, se encontram publicadas em dois livros: “Querida família:” (1978) e “Querida Liberdade” (1980).

Nesse sentido, chamamos atenção para as palavras da historiadora Teresa Malatian (2009, p. 204) quanto ao uso de cartas como fonte histórica. A autora diz, referindo-se as missivas, que “as informações nelas contidas serão sempre versões individuais ou coletivamente construídas sobre determinados acontecimentos vividos pelo narrador ou dos quais se inteirou de diversas formas como conversas, leituras e relatos”. E complementa, “nenhum documento pode iluminar por si só um tema. A confrontação com outros documentos se impõe, abrindo ao historiador novas perspectivas e novos ângulos de compreensão” (MALATIAN, 2009, p. 205).

Partindo das proposições da autora, utilizamos, com vistas a essa confrontação de documentos, como outras fontes de pesquisa reportagens de periódicos da grande imprensa – *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *Zero Hora* – e da imprensa alternativa – *Coojornal* –, com o intuito de qualificar a análise das cartas de Flávia, buscando nessas fontes discussões e informações que as missivas não apresentam. Ainda com essa perspectiva, utilizamos o Regulamento da Prisão Feminina de *Punta Rieles*, com a finalidade de comparar as normas nele descritas com as estratégias de repressão da prisão política apresentadas nas cartas, e duas entrevistas concedidas por Flávia, uma em 2009 e outra agora em 2011.

O trabalho foi dividido em 3 capítulos. No primeiro deles, nos propusemos a apresentar a “personagem-objeto” da presente pesquisa. Além disso, buscamos discutir a publicação de seus dois livros de cartas e suas características, apresentando também elementos para a análise das epístolas como fonte histórica.

No segundo capítulo, procuramos discutir o ambiente da prisão política uruguaia, isto é, a partir das cartas escritas por Flávia e, eventualmente, das normas do Regulamento da Prisão Feminina de *Punta Rieles*, objetivamos visualizar as estratégias de repressão utilizadas no cárcere para “garantir a destruição física e mental” (PADRÓS, 2005, p. 567) dos prisioneiros.

O terceiro capítulo, por sua vez, continuou a observar o ambiente da prisão política uruguaia, mas por outra via. Procuramos entender de que forma a resistência à prisão política uruguaia se expressa nas missivas de Flávia, buscando evidenciar as inúmeras táticas utilizadas por ela e suas companheiras para enfrentar a repressão e a vigilância permanente daquela instituição.

Após apresentarmos a proposta que norteou este trabalho, acreditamos já ser possível aproximar-nos de Flávia e acompanhá-la. Caminharmos juntos entre os hospitais, quartéis e prisões até retornarmos a sua casa. Sofrermos e resistirmos juntos durante seus longos anos de reclusão, e, assim, deixarmos que ela conte a sua história.

Capítulo 1: A missivista, os livros e as missivas

O presente capítulo será dedicado a apresentar a personagem foco da pesquisa, Flávia Schilling, seu envolvimento com a militância política e aspectos de sua trajetória até o momento de sua prisão. Além disso, a escrita das cartas e a subsequente publicação das mesmas serão questões de debate.

1.1 – A missivista

Flávia nasceu no dia 26/04/1953 em Santa Cruz do Sul, e logo em seguida mudou-se para Encruzilhada do Sul. Filha da dona de casa Ingeborg Schilling e do economista e político Paulo Schilling, viveu os primeiros anos de sua vida em meio as mudanças de endereço de seu pai. Após publicar o livro “A questão do trigo”, Paulo Schilling foi convidado para trabalhar com Leonel Brizola, então governador do estado do Rio Grande do Sul. Em entrevista recente, Flávia relatou:

A gente sai de Encruzilhada do Sul, vai morar em Porto Alegre. E lá se vive a luta pela legalidade, a resistência da luta pela Legalidade. Obviamente o Brizola é um dos protagonistas. Meu pai estava lá no Palácio o tempo todo. É uma situação realmente forte naquele momento. Enfim, meu pai trabalha nessa condição: ligado ao Brizola. E quando o Brizola se elege deputado federal pelo Rio de Janeiro, meu pai acompanha novamente o Brizola. E nós vamos pro Rio de Janeiro também. Em final de (19)63. Então a gente vive o golpe de estado no Rio de Janeiro².

Na época do golpe, Paulo teve de procurar asilo político na Embaixada do Uruguai devido à perseguição por parte da DOPS. Rumou ainda em abril de 1964 para o país vizinho, sua família retornou a Porto Alegre e em agosto do mesmo ano seguiu para o novo país. Flávia – então com 11 anos de idade – acompanhou o exílio do pai no Uruguai. Em entrevista para a *Revista do Movimento do Ministério Público Democrático*, ela comentou esse fato:

Meu pai exilou-se e em agosto de 1964 fomos para o Uruguai. Foi uma mudança bastante dramática. A ida ao Uruguai era difícil, significava deixar laços que tínhamos, enfrentar o desconhecido. Os diálogos eram muito claros com nossos pais, eles sempre foram muito explícitos. Sabíamos da militância do meu pai junto ao Brizola, o conhecíamos, entendíamos, na medida do possível, o que estava acontecendo³.

Flávia encontrou lá um ambiente muito diferente do vivido no Brasil: a “Suíça da

² Entrevista concedida por Flávia Schilling às Professoras Carla Rodeghero e Maria Paula Nascimento Araújo como parte do projeto Marcas da Memória em 18/07/2011 na Faculdade de Educação da USP.

³ Entrevista disponível na Revista do Movimento do Ministério Público Democrático - Dialógico – ano VI, n. 28, dezembro de 2009, p. 13.

América”, como era conhecido aquele país, se apresentava até então como um lugar com forte experiência democrática, com um ensino de qualidade e gratuito, e com ideias muito conservadoras em relação aos costumes, o que ocasionou uma espécie de “choque cultural”, como narra a própria Flávia Schilling⁴. Na entrevista citada, quando questionada sobre como era estar exilada, disse:

Era muito difícil. Significava, de forma metafórica, nunca desfazer as malas. A expectativa era de um exílio breve, “em dois anos estaremos de volta”, e durou mais de 15 anos! Ser exilado foi algo muito pouco trabalhado teoricamente no Brasil. Implica em uma situação de violência muito especial, a perda progressiva dos laços, não voluntária, o estar rejeitado, perseguido.⁵

Quanto à questão do “choque cultural”, Flávia comentou:

E o “choque cultural” foi imenso, porque Rio de Janeiro em [19]64 era Beatles, minissaia, uma certa, incrível, liberdade. Os anos sessenta, obviamente depois cortada [a liberdade], em grande parte pelo golpe. E em Montevideú, o Uruguai, era um país completamente diferente, ainda muito conservador em relação aos costumes. Então nós causávamos escândalo por usar, inclusive, calça comprida. As mulheres não usavam calça comprida, imagina, minissaia jamais, os Beatles não tinham chegado... A nossa adolescência já estava marcada por essa tônica, então houve choques em todos os sentidos. Então eu diria assim: o começo foi difícil, o começo foi difícil inclusive [...].⁶

Foi nesse ambiente que completou seus estudos e ingressou na militância política. Como relata seu pai, na introdução do livro “Querida Família:”⁷, “no Instituto Alfredo Vasquez Azevedo [Flávia] integrou-se à F.E.R. – Federação dos Estudantes Revolucionários, de orientação Tupamara” (SCHILLING, 1972, p.10). Ingressando na Faculdade de Medicina de Montevideú, abandonou-a ainda no primeiro ano de graduação, para dedicar-se inteiramente ao Movimento de Libertação Nacional (MLN). Conforme expõe Trindade (2009, p.14) “os Tupamaros surgiram oficialmente em 65, mas desde 62 já vinham se organizando. O gripo mesclava ideologia socialista com forte apelo antiimperialista, e contava com apoio de grande parte da sociedade uruguaia”. Entre suas ações percebemos, como relata Padrós (2004, p.54), a “desapropriação de bancos e financeiras, sequestros 'pedagógicos' de autoridades

⁴ Entrevista disponível na Revista do Movimento do Ministério Público Democrático - Dialógico – ano VI, n. 28, dezembro de 2009, p. 13.

⁵ Idem.

⁶ Entrevista concedida por Flávia Schilling às Professoras Carla Rodeghero e Maria Paula Nascimento Araújo como parte do projeto Marcas da Memória em 18/07/2011 na Faculdade de Educação da USP.

⁷ Livro de cartas escritas por Flávia Schilling durante o seu primeiro ano de prisão. Mais detalhes dessa obra serão comentados em seguida.

estatais, divulgação de documentos sobre corrupção e malversão pública e fugas massivas dos penais”.

Após aproximadamente dois anos de militância⁸, Flávia acabou presa, em 24 de novembro de 1972, aos 18 anos de idade. No momento de sua prisão, foi ferida por um tiro, tendo a bala lhe perfurado a laringe e a epiglote, causando séria hemorragia. Submetida a uma cirurgia no hospital militar, acabou sendo salva pela equipe médica.

Durante o período em que esteve no hospital Flávia iniciou uma prática que iria lhe acompanhar durante todo o seu período de reclusão: a escrita de cartas à família. Essas missivas foram sua forma de contato com o mundo fora da prisão, seu meio de comunicação, seu jeito de relatar, dentro dos limites possíveis, sua vida no cárcere. As cartas que chegavam a sua família foram publicadas em dois livros: “Querida família:”, do ano de 1978, e “Querida Liberdade”, de 1980, as fontes primárias centrais da presente monografia.

Conforme consta em documento oficial do governo brasileiro, antes de ser removida definitivamente para a Penitenciária Feminina de Punta Rieles, a 14 km de Montevideu, Flávia permaneceu meses mudando constantemente de prisões: “Submetida a julgamento, foi condenada a 10 anos de prisão e mais cinco de medida de segurança, numa decisão em que a pena foi superior à pedida pela promotoria (9 anos)”.⁹ Visualiza-se aqui um elemento importante da repressão política uruguaia, que tinha no encarceramento prolongado um dos seus mecanismos relevantes de repressão. Outra característica do regime repressivo uruguaio que é observado no caso de Flávia foi a política dos “reféns”, como nos expõe Mariana Joffilly (2010, p.122):

[...] ademais da estratégia de encarceramento prolongado, foi o caso dos ‘reféns’, conjunto de presos políticos que tiveram um regime de prisão extremamente duro, diferenciado dos demais, e aos quais foi comunicado que qualquer ação realizada por sua organização política redundaria em sua execução imediata. Foram nove homens e nove mulheres [sendo uma delas Flávia Schilling] considerados como principais dirigentes do Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros – e isolados pouco depois do golpe de Estado em 1973.

Flávia continuou presa até abril de 1980. Entretanto, as tentativas e campanhas pela sua libertação começaram muito antes. Foram inúmeros os envolvidos nesse movimento: sua família – que acabou se mudando para a Argentina, ficando apenas a irmã Cláudia no Uruguai

⁸ Como relata seu pai, a partir de abril de 1972, após o colapso de quase todas as organizações guerrilheiras e devido à forte repressão, Flávia teve que passar à clandestinidade, vivendo em condições tremendamente duras (SCHILLING, 1972, p. 10).

⁹ Caso Flávia Schilling - Relatório. Documento disponível no Arquivo Nacional. Processo GAB nº 100.075. 02/02/1979 - 19 folhas/35 páginas. [BR.AN.RIO.TT.0.MC.P.PRO.1632] p.15-16.

–, passando pela imprensa, pelos comitês que lutavam por liberdades políticas¹⁰ e até mesmo pelo governo do Brasil. Conforme argumentam Rodeghero, Dienstmann e Trindade (2011, p.137), a libertação de Flávia aconteceu quando “o governo uruguaio, pressionado interna e externamente, promulgou lei dando liberdade e expulsando a todos os estrangeiros presos no país. Após sete anos e meio, Flávia – juntamente com outros 36 presos estrangeiros – era, finalmente, posta em liberdade”.

1.2 – Os livros

Duas foram as obras publicadas a partir das cartas de Flávia. O lançamento da primeira ocorreu no ano de 1978, momento em que a campanha pela libertação de Flávia ganhava destaque na mídia impressa nacional. Na “contracapa” do livro, consta a seguinte afirmação de Paulo Schilling: “Há seis anos praticamente incomunicável, Flávia Schilling tem nas cartas que consegue fazer chegar à sua família quase o único meio de contato com o mundo exterior. Elas revelam todo o seu drama”. Neste sentido, observamos que o principal objetivo da publicação era comover os seus leitores, com – diz o texto – “a força e a sensibilidade de uma moça de 19 anos que viveu por longos anos, lado a lado – certamente numa mesma cela – com a destruição e a morte” (SCHILLING, 1978, p. 03). Em entrevista recente, questionada se ela soube dessa publicação e se a mesma teve algum tipo de impacto na prisão, na sua condição de prisioneira ou mesmo na pressão feita nas autoridades uruguaias ou brasileiras, Flávia disse:

[...] é, eu imagino que na pressão sim. [...]. Eu fiquei sabendo muito por cima. Mas eu não participei da escolha nem nada. A escolha foi dos meus pais com objetivo, um pouco, de divulgar a campanha¹¹.

Assim, o primeiro livro publicado representa mais um elemento na luta pela libertação de Flávia.

O historiador Flamarion Maués (2011, p.261), em trabalho recente, expõe que a publicação de certos livros nos anos de 1975 a 1979 – período estudado pelo autor – contribuiu para romper com o “cerco da ‘cultura do medo’, o cerco do silêncio, do isolamento e da descrença, levando à ‘ruptura com o silêncio’ [...]”¹². Tais publicações foram realizadas pelas “editoras de oposição”, como nos diz Maués (2011, p.262):

¹⁰ Foram importantes as atuações, entre outros grupos, do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) e do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA).

¹¹ Entrevista concedida por Flávia Schilling às Professoras Carla Rodeghero e Maria Paula Nascimento Araújo como parte do projeto Marcas da Memória em 18/07/2011 na Faculdade de Educação da USP.

¹² Maués aproxima-se nessa discussão do trabalho “Estado e Oposição no Brasil”, de Maria Moreira Alves,

A partir desse período, meados da década de 1970, podemos verificar um movimento editorial e cultural marcado pela revitalização de editoras com perfil marcadamente político e de oposição ao governo militar iniciado em 1964. Editoras já existentes, como Brasiliense, Civilização Brasileira, Paz e Terra e Vozes retomaram uma atuação política mais acentuada, editando livros que tratavam de temas que questionavam a ideologia, os objetivos e os procedimentos do regime de 1964. E, ao mesmo tempo, editoras surgidas nos anos de 1970 – como Alfa-Omega, Codecri, Edições Populares, Global, Graal, Hucitec, L&PM e Vega – também começaram a publicar livros de claro caráter político.

As cartas de Flávia foram publicadas por editoras de oposição. O primeiro livro foi publicado pela “Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre [Coojornal]”, com notas explicativas de Paulo Schilling e uma introdução de Décio Freitas¹³. Conforme expõe Jayme Mansan (2008),

A principal função ideológica do Coojornal, ao longo de sua história, foi o fortalecimento da oposição ao regime ditatorial. O Coojornal apoiou direta ou indiretamente partidos políticos e movimentos sociais de oposição, apresentando matérias críticas sobre questões nacionais e internacionais (especialmente latino americanas) de política, economia e cultura. Tratou de: ditaduras latino-americanas dos anos 1960 e 1970 e suas práticas repressivas (Brasil em especial); Operação Condor; conservadorismo de setores da Igreja Católica; greves, sindicalismo, cooperativismo e lutas dos trabalhadores; grande imprensa; guerrilha; imperialismo; corrupção; violência contra mulheres e crianças; dentre outros temas.

A obra “Querida Liberdade” foi publicada pela Editora Global. Essa editora, conforme explica Maués (2011, p.270), era nova e destacava-se por lançar livros de esquerda; em suas palavras:

Fundada na cidade de São Paulo em outubro de 1973, a Global foi uma das editoras mais atuantes no final dos anos 1970, tendo publicado inúmeros títulos de cunho político, em particular clássicos do pensamento socialista. Caracterizava-se claramente como uma editora de oposição. Criada por Luiz Alves, a editora teve seu perfil e linha editorial profundamente modificados com a contratação do livreiro, editor e militante moçambicano José Carlos Venâncio, em 1976. Com ele, a editora passou a ter uma linha marcadamente política e de esquerda.¹⁴

principalmente na ideia de cultura do medo e ruptura do silêncio. ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil*. Bauru: EDUSC, 2005.

¹³ Décio Freitas foi um intelectual gaúcho, militante de esquerda e advogado. Esteve envolvido diretamente na campanha de libertação de Flávia.

¹⁴ Quando retornou do exílio, Paulo Schilling assinou contrato com a Editora Global para publicar seus livros. *Jornal do Brasil* – 17/01/1980, sem página.

Embora a publicação de livros de oposição à ditadura no Brasil já viesse acontecendo há algum tempo¹⁵, é interessante observar que o lançamento da obra “Querida Família:” no ano de 1978 não coincide com o momento auge de publicações testemunhais sobre o período ditatorial no país¹⁶. Nesse sentido, Lucileide Cardoso (1994, p. 179) fala de um “surto memorialístico” que emergiu no país a partir do processo de abertura controlada em 1979. Em suas palavras, “assistimos a uma proliferação de memórias e depoimentos de militares e militantes que são expressões ‘vivas’ dos problemas enfrentados nos anos difíceis de atuação do regime autoritário”. E complementa: “relatos que, ao criarem diferentes representações do passado, permitem preservar uma memória social que dispõe de diversos mecanismos de sobrevivência para escapar à dominação”.

Maria Lygia Moraes (2008, p. 86) traz à tona uma questão relevante sobre o que se denomina de “literatura de testemunho”. Um levantamento de tal literatura, diz a autora,

[...] revela um fato interessante: são raríssimos os livros escritos por mulheres, não obstante a significativa participação feminina na luta armada e as torturas, mortes e desaparecimentos de corpos. Muitas das que sobreviveram à tortura e à prisão são jornalistas, professoras universitárias [como a própria Flávia Schilling] e intelectuais acostumadas a escrever. Por que há tão poucos relatos de mulheres na primeira pessoa? O registro da experiência das mulheres deverá ser procurado, assim, nos inúmeros livros construídos a partir de depoimentos ou de reconstrução histórica.

Os livros de Flávia se enquadram nessa interpretação, pois não são um escrito de suas memórias, mas sim uma organização e publicação de suas cartas, realizada em um primeiro momento por seu pai, e na segunda obra pela sua irmã.

Deste modo é possível visualizar as missivas de Flávia como partes de um contexto de relações muito mais amplo do que a relação familiar. Elas cumpriram primeiramente o papel de comunicação entre Flávia e sua família, mas, ao serem organizadas, traduzidas, selecionadas e publicadas, deixaram de fazer parte de um universo circunscrito para chegarem ao alcance da sociedade mais ampla. Enfim, o papel do primeiro livro nos parece muito mais amplo do que simplesmente mostrar os escritos de Flávia; ele tem um papel político, é um elemento na luta pela libertação da militante, publicado em um momento que a campanha ganhava destaque nacional. Nesse sentido, Flamarion Maués (2011) expõe que

[...] parece claro que o êxito e a repercussão desse livros [publicados no período de 1975 a 1979 – no qual inclui-se a obra “Querida Família:”] indicam que eles cumpriram um certo papel na denúncia das arbitrariedades

¹⁵ Cf. MAUES, 2011.

¹⁶ Diferentemente da segunda obra “Querida Liberdade”, lançada no dia 17 de junho de 1980, conforme informa o jornal “O Globo”. *O Globo*, 18/06/1980, sem página.

da ditadura e nas lutas em defesa dos direitos humanos e da anistia, as quais se desenvolviam com força em 1979 [...].(p.271).

E complementa:

[Os livros publicados] Foram instrumentos da luta política que se travava naquele momento no Brasil, dando voz a denúncias e reivindicações das oposições, além de proporcionarem condições para o debate e a realização de eventos públicos em torno dos temas abordados. (MAUÉS, 2011, p. 273).

O segundo livro, publicado após a anistia, nos parece ainda fazer parte dessa conjuntura. Mesmo que não tivesse ligado diretamente a uma finalidade – como a campanha de libertação, por exemplo – o livro repercute a “vitória” na campanha de Flávia, uma “vitória” muito maior do que a liberdade da referida militante, uma conquista entre as tantas reivindicações da sociedade brasileira naquele período.

1.3 – As missivas

Na presente pesquisa, como foi referido na introdução, temos por objetivo utilizarmos as cartas escritas por Flávia, e publicadas nas obras discutidas anteriormente, como fonte principal para reconstruir as estratégias de repressão da prisão política e as táticas de resistência empreendidas Flávia e suas companheiras a essa disciplina prisional. As cartas somam um total de 174, sendo 35 no primeiro livro e 139 no segundo – dessas 139 missivas, 26 são fragmentos de algumas já contidas no primeiro livro. Deste modo, existem questões que devem ser levadas em conta para a análise das missivas, como, por exemplo, a forte censura às cartas ou a forma de exposição das cartas no livro “Querida Liberdade”. Enquanto no livro “Querida família:”, as cartas de Flávia foram transcritas na íntegra, a segunda obra nos limita amplamente a discussão ao apresentar apenas fragmentos das missivas. A seleção das cartas, realizada por Cláudia Schilling Sancho, irmã de Flávia, contempla apenas algumas partes elegidas (provavelmente aquelas que mais sensibilizariam os leitores), nos impossibilitando de apreciar todo o conteúdo, o que interfere diretamente nos resultados alcançados. Outro obstáculo refere-se à tradução das cartas, pois as mesmas foram escritas em espanhol e acabaram publicadas em português, o que ocasiona algumas diferenças nos textos, já que algumas expressões perdem seu significado ou podem ser entendidas de outra forma ao serem traduzidas. Tal questão pode ser percebida, por exemplo, em carta de 09/01/73, quando, em nota, Paulo Schilling explica a utilização da expressão “Decir que estaba rayada era poco, já estaba cuadrículada”, que Flávia utiliza em sua carta, e que no livro foi traduzida como “Dizer que estava louca seria pouco”. (SCHILLING, 1978, p. 20 e 22).

O uso de cartas como fonte histórica merece algumas observações. As cartas são produzidas possuindo, a princípio, um destinatário. Como diz Gomes (2004, p.19),

[...] ela [a carta] implica uma interlocução, uma troca, sendo um jogo interativo entre quem escreve e quem lê [...]. Escrever cartas é assim ‘dar-se a ver’, é mostrar-se ao destinatário, que está ao mesmo tempo sendo ‘visto’ pelo remetente, [...], uma forma de presença (física, inclusive) muito especial.

Assim, a característica da correspondência de ser um “sistema dialógico”, elemento bastante presente nas cartas de Flávia, deve ser levada sempre em consideração por quem a estuda. Como aponta Teresa Malatian (2009, p.197),

[...] o ato de escrever cartas [...] criava e sustentava um desejo de reciprocidade, pois o envio de uma carta trazia implícito ou explícito um pedido de resposta na conversação realizada à distância. Mas comportava, como todo diálogo, silêncios, rupturas, retomadas ao sabor dos interesses das afeições.

O caráter não linear das conversas, a censura e a autocensura presentes nos diálogos são elementos integrantes da atividade epistolar. Deve-se estar atento também às condições e locais em que as cartas foram escritas e quais os seus objetivos.

Em carta de 24/12/1972, por exemplo, Flávia escreve: “[Estou] Ofendidíssima porque Papai não me escreveu. Não vale. E contentíssima com a carta de todos os outros” (SCHILLING, 1978, p. 18). Percebemos aqui um exemplo deste caráter dialógico das cartas de Flávia, na sua “conversa” com o pai e demais familiares. Sobre a importância de se levar em conta os locais onde as cartas são escritas, temos, por exemplo, essa nota escrita por Paulo Schilling, referindo-se ao trecho citado anteriormente: “Também no Hospital Militar de Montevideu a censura era eficiente...”(Ibid., p.20). Nesse sentido, a forma da censura vigente no presídio de Punta Rieles pode ser vista a partir do artigo 93 do Regulamento da prisão, que dizia o seguinte:

[...] as reclusas não poderão, em suas comunicações escritas, usar signos ou palavras convencionais, linguagem incorreta, nem fazer alusões ou emitir julgamento com relação ao regime interno ou ao pessoal do Estabelecimento, ou referir-se a assuntos que saiam dos termos pessoais de seu interesse ou de sua família. (Regulamento de Punta Rieles, Cap. XVII, Art. 93, p. 141-A. IN: SCHILLING, 1991, p.214)

Na entrevista concedida ao grupo Marcas da Memória, Flávia comentou também sobre a autocensura presente nas suas cartas:

[...] as cartas, elas são cifradas, as pessoas leram umas cartas como se elas fossem..., então há um lado, obviamente, de poupar, obviamente, o máximo

possível os pais de preocupações; então as informações são às vezes muito pequenas, a gente muda algumas coisas, então, não é que aquilo que eu estou falando é o que é, é um pouco dar uma força pra eles, porque a família do preso, [...], a família do preso é uma barra. Então elas têm isso de serem muito cifradas, ao mesmo [tempo] eu acho que elas a partir, inclusive, do encontro com literatura, elas permitem dizer coisas porque, claro, eu fui crescendo na cadeia, eu entrei com 19 e sai com 27, a gente vai mudando, então essas mudanças de perspectiva, a literatura ajuda muito a dizer, porque as (inaudível) eram censuradas, então você tinha um limite, você tinha limite de tamanho, e limite do que dizer e de como dizer, então a gente era um pouco expert para conseguir dizer coisas sem cair na censura.¹⁷

As cartas dos familiares também eram censuradas, o que fez com que a família igualmente passasse por um processo de adaptação na sua forma de escrever. Em suas palavras:

[as respostas dos familiares] também eram censuradas, eram riscadas (gesto), ou cortadas, partes e partes, então eles também tiveram que viver o aprendizado de contar coisas de uma maneira simulada [...]¹⁸.

Na carta escrita por Flávia em 09 de setembro de 1976, é possível perceber alguns dos aspectos enunciados acima, como o diálogo com a família, a censura imposta pela prisão e a autocensura dos missivistas:

[...] Minha carta e a do paizinho falavam sobre o mesmo assunto, e isso é maravilhoso. É difícil manter uma boa comunicação nestas condições, quando já passaram quase quatro anos de tantas coisas não ditas, não sabidas, não compartilhadas, ou só meio compartilhadas. As cartas correm o risco de transformar-se em repetições no ar, de coisas que não servem para nada, apenas recheio ou lugares comuns, costumam a sair e surge a expressão tão ouvida por mim: ‘ai! O que é que eu escrevo?’ Por um lado as limitações de fora, a quantidade de linhas que podemos escrever, tudo isso que aperta; por outro, uma espécie de cansaço provocado pelo fato de saber-se impotente para ajudar, embora fosse apenas por meio de palavras, nos problemas da família, simplesmente por desconhecê-los. Cada vez há menos da gente nas cartas, estas têm uma estrutura formal e dizem o formal, tudo predizível com anterioridade. [...]. (SCHILLING, 1980, p. 84/85).

* * * *

Neste capítulo procuramos apresentar a “personagem-objeto” da presente pesquisa. Além disso, buscamos discutir a publicação de seus dois livros de cartas e suas características,

¹⁷ Entrevista concedida por Flávia Schilling às Professoras Carla Rodeghero e Maria Paula Nascimento Araújo como parte do projeto Marcas da Memória em 18/07/2011 na Faculdade de Educação da USP.

¹⁸ Idem.

apresentando também importantes elementos para a análise das epístolas. Pretendemos agora voltar o nosso olhar para o ambiente da prisão política uruguaia e suas estratégias de repressão.

Capítulo 2: A prisão

À distância, parecia tratar-se de uma fazenda: um vasto e ermo descampado no qual o vento corre solto; a sede do estabelecimento, representada por uma construção maior, ladeada de duas construções menores; a cerca de arame farpado, para impedir a fuga do gado. [...]. O frio é duro, sopra um vento forte e cai uma chuva fininha. Podemos então observar que soldados fazem a ronda ao longo da cerca de arame farpado, armados de metralhadoras e conduzindo cães pastores. À margem do caminho que leva à construção maior, divisam-se vultos que fazem movimentos rítmicos. [...] os vultos são de mulheres entregues numa lavoura. [...]. Trabalham sob vigilância de soldados de metralhadoras e cães pastores. [...]. Penetramos assim, no presídio de Punta Rieles, a 14 quilômetros de Montevideu. (SCHILLING, 1978, p. 05)

A descrição acima foi feita por Décio Freitas nas páginas iniciais do livro “Querida Família:”. O ambiente descrito? A prisão política de *Punta Rieles*, local onde Flávia passou a maior parte do tempo em que esteve presa. Mas este não foi o único cenário de seu drama. Durante aproximadamente três anos ela passou por inúmeros quartéis na condição de “refém” da ditadura uruguaia. Pretendemos a partir de agora voltar o estudo para o ambiente da prisão política uruguaia. Procuraremos compreender como as estratégias de repressão da prisão política naquele país ficam explícitas nas missivas escritas por Flávia Schilling, dialogando, quando possível, com as normas do Regulamento da Prisão Feminina de *Punta Rieles*.

2.1 – “Quedas de comunicação”: as estratégias da repressão nos meios de diálogo

As formas encontradas na prisão política uruguaia para reprimir seus presos passaram por diferentes fases, mas podemos afirmar que, em suas características gerais, elas foram constantes. Assim, para nos referirmos a esses meios de repressão presentes nessa instituição utilizamos o termo “estratégia” de Michel De Certeau (2011). Para o autor a noção de “estratégia” parte da ideia de

[...] cálculo (ou a manipulação) das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um *lugar* suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde se podem gerir as relações com *uma exterioridade* de alvos ou ameaças [...] (p. 93 – grifos do autor)

Isto é, “as estratégias são [...] ações que, graças ao postulado de um lugar de poder (a propriedade de um próprio), elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes),

capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem”(CERTEAU, 2011, p. 96).

Ao longo da análise das cartas de Flávia foi possível perceber que algumas dessas estratégias mantiveram-se presentes mesmo com o passar dos anos. Um dos principais exemplos desse fato liga-se diretamente com a escrita das missivas. As formas de escrever, os dias de recolhimento, as falhas nas entregas, além da censura – que se alternava entre certos momentos mais rígidos e outros mais liberais – nos parecem questões importantes de serem pensadas também como uma forma de repressão à nossa personagem.

Duas notas do livro “Querida Liberdade” podem ser o ponto de partida de nossas discussões: “Em muitas oportunidades, o diálogo de Flávia com a família foi interrompido pela censura de *Punta Rieles*, às vezes durante meses” (nota 61 – p. 111); “As cartas da família não foram entregues a Flávia por terem sido censuradas, bem como muitas das cartas dela nunca chegaram às nossas mãos” (nota 72 – p. 122). Essas notas ajudam a explicar os questionamentos de Flávia à família pela falta de contato ou a respeito do porquê de alguém não estar escrevendo para ela. A escrita de cartas, como veremos melhor no próximo capítulo, era uma das principais táticas de resistência de Flávia. Elas representavam um meio de contato com o universo fora do cárcere. A imposição de inúmeras normas quanto às mesmas apresentava-se, assim, como uma barreira difícil de transpor, uma estratégia de repressão bastante presente.

A mudança do dia da escrita – as prisioneiras só podiam escrever em um dia determinado –, por exemplo, era uma das maneiras de dificultar os diálogos “extra muros”, como se vê em carta de 06 de junho de 1973:

Outra vez mudaram o dia de cartas (escrevo quarta-feira) e acabaram de nos avisar (são 18:30) que a hora de entrega é 22h. Não entendo isso, porque às vezes na quarta nós ainda não recebemos as cartas que vocês escreveram na segunda. (SCHILLING, 1978, p. 53).

As diferentes regras para a escrita também era um desafio. As constantes mudanças de quarteis, que eram por si só uma das estratégias de repressão, levavam a diferentes regras para a escrita das missivas. Alguns trechos podem nos ajudar a visualizar essa questão:

Aqui escrevemos cada 15 dias, mas podemos receber cartas toda semana. (26/11/75 – SCHILLING, 1980, p. 70).

Aqui se pode escrever apenas uma folha, com letra clara, colocando atrás da folha os nomes e sobrenomes de todos os que escrevem, junto com o número da carteira de identidade e o endereço. (10/02/76 – SCHILLING, 1980, p.75).

Aqui podemos escrever um folha inteira todas as semanas, e isso vai nos ajudar muito, a caneta corre mais livremente pois há um limite menor (ah! As famosas 40 linhas). (15/09/76 – SCHILLING, 1980, p. 85).

Já terão notado, pelo estilo, como são as novas diretrizes para escrever. Sempre a mesma cor de tinta, letras e redação claras, nada de poesias, contos, nada entre aspas e sempre colocar entre parênteses os nomes das pessoas sobre quem se escreve. (24/05/76 – SCHILLING, 1980, p. 80).

É interessante perceber que as mudanças ocorriam em espaços de tempo muito curtos. Na carta seguinte à última citada, podemos visualizar que em menos de 15 dias já havia novas regras:

Podemos escrever 40 linhas (não sei se vocês também) [...]. (04/06/1976 – SCHILLING, 1980, p. 81).

Nisso tudo ainda percebemos a já comentada censura, que gerava as “quedas de comunicação”, momento de aflição para os dois lados do diálogo. Na carta do dia 06/04/73, temos a seguinte nota: “Carta drasticamente censurada. Dentro da prisão se observam as consequências da mudança no país”¹⁹ (SCHILLING, 1978, p.43). Na carta subsequente Flávia escreve: “Enfim recebi uma carta inteira de vocês. Fazia duas semanas que recebia pedaços de cartas. Eu escrevi quarta-feira passada. Exijam sempre carta e pacote, porque eu *sempre* vou mandar” (SCHILLING, 1978, p. 43 – grifos do autor).

Além da censura, a troca de locais de encarceramento era outro fator responsável por gerar dificuldades nos contatos de Flávia com sua família. Em carta do dia 23/01/73 podemos visualizar essa questão:

Ufa! Que alívio com a carta de vocês. Estava preocupada porque pensei desde a primeira semana que sabiam onde eu estava, já que recebia os pacotes e cartas. Na verdade, pensei qualquer negócio: não podia ser que tivessem me esquecido tão rápido, nem que tivessem esquecido do dia de vir aqui; então só cabia a possibilidade de acidentes e coisa assim... Ainda bem que tudo não passou de um ‘desencontro’, e que a terceira carta de ambos os lados chegou a seus respectivos destinatários. (SCHILLING, 1978, p. 22)

A transferência de locais de aprisionamento esteve bastante presente nos anos de cárcere de Flávia e relaciona-se principalmente com a política dos reféns. Assunto que discutiremos agora.

¹⁹ Período de consolidação do golpe militar.

2.2 – Nas mãos do Estado: a política dos reféns

[Em] junho de 1973, Flávia foi retirada do presídio de Punta Rieles e levada para sucessivos quartéis, com suas companheiras. Era considerada como uma das **perigosas**, segundo um critério de escolha dos mais absurdos. Foram punidas todas as que haviam sido feridas no momento da prisão e que apresentavam sequelas – em quase todos os casos, graves – dos ferimentos; [...]. [...], Flávia e suas companheiras (como os dirigentes tupamaros presos) eram considerados reféns a serem executados no caso de algum atentado contra oficiais das forças armadas (SCHILLING, 1978, p. 61 – grifos do autor).

A condição de reféns por parte de alguns presos políticos foi, conforme nos diz Pádrós (2005, p 567), uma situação muito particular do sistema carcerário da ditadura uruguaia: “Essa condição foi um regime de detenção rigoroso aplicado a determinados presos políticos, por mais de uma década, e que teve um caráter de ineditismo se comparado às demais ditaduras de Segurança Nacional latino americanas”.

Flávia foi uma das oito mulheres retiradas do presídio e enquadradas como reféns do Estado Uruguaio. Em carta de 03/07/73 Flávia comento o momento de transferência da prisão:

Estou bem – bem cansada, como podem imaginar. Tenho um milhão de coisas para contar, porque na carta anterior, achando que não iam recebê-la, fiz só uma divulgação. Nos levaram de Punta, quarta-feira, dia 20, com destino ignorado. Com a amabilidade que caracteriza o estabelecimento, não houve uma palavra de despedida. [...] E lá fomos as vítimas da neurose da Punta: primeiro, Alba Antunez (minha irmã!) e Estela Sanchez, depois Jessie Marchi e Grazia Dri, por um lado, e Cristina Cabrera e eu por outro; finalmente Raquel Dupont e Elena Curbelo. Deve ter havido outro grupo com Lúcia Topolanski no lugar de honra. Era a máfia completa. Parece que, para justificar a medida, fizeram correr o boato de que planejávamos uma fuga. Coisinha de nada, o boato, hein? As gurias literalmente subiam pelas paredes. Quando fomos levadas, naturalmente, toda Punta Rieles estava nas janelas. Mares de lágrimas (...). (SCHILLING, 1980, p.27)

Segundo Padrós (2005, p 567)

Esses presos políticos, retirados de um universo carcerário opressivo, ao qual estavam tentando se adaptar, foram obrigados, mais uma vez, a sofrer a incerteza do desconhecido. Sua transferência se realizou sem destino conhecido, sem informação alguma aos familiares, advogados defensores ou juízes militares encarregados dos respectivos processos penais.

Em entrevista ao *Coojornal*²⁰, realizada logo após o seu retorno ao Brasil, Flávia explicou a falta de clareza da política dos reféns:

²⁰ Em entrevista, Flávia comentou que o fato da ditadura visar atingir seu pai – em processo de expulsão do país naquele momento – pode ter pesado na sua condição de refém. *Coojornal*, nº 53, maio de 1980, p. 21.

Quando fomos retiradas do presídio para passar aos quartéis, eles não nos disseram que éramos reféns. Depois a gente soube que eles disseram aos prisioneiros homens mais ou menos o seguinte: ‘Vocês vão responder, com a vida de vocês, por qualquer ação militar contra oficiais das Forças Armadas’. Para nós, as mulheres, retiradas dois meses antes que os homens, não foi assim tão claro. No nosso caso, quando acontecia alguma coisa, eles iam até a cela e diziam: ‘Prepare-se que você pode morrer hoje ou amanhã, porque aconteceu tal episódio’.

É interessante observar que as mulheres vivenciaram a sua condição de reféns de forma um pouco diferente dos homens, e não só em função do desconhecimento da situação como apontado na citação acima. Distribuídas em duplas e, algumas vezes, individualmente, o grupo feminino passou pelas seguintes unidades: Artilharia 4 (cidade de San Ramón), Batalhão de Infantaria 1 (“Florida”), Cavalaria 4 e Engenheiros 1. Já o grupo masculino foi dividido em três trios, isolados entre si (Padrós, 2005, p. 566).²¹ Ainda segundo Padrós (2005, p. 566), as reféns “ficavam por períodos de até três meses, quando se estabelecia um novo rodízio. O tratamento recebido no período foi o mesmo sofrido pelos reféns masculinos: regime de calabouço, incomunicação total, humilhações, simulações de fuzilamento, ameaças de estupro, agressões físicas, provocações de todo tipo e transferências constantes e sem aviso prévio de um quartel para outro”.

Algumas dessas terríveis condições podem ser percebidas, por exemplo, em carta escrita em “Florida” no dia 03 de julho de 1973, quando Flávia afirma:

E aqui estou. O calabouço é pequeno, calculo que 1,5m por 2,5m. Tenho uma cama, um armário pequeno que serve de mesa, e uma cadeira. Há espaço para caminhar (cinco passos, ida e volta, cinco passos). As paredes são pintadas de azul, teto branco, uma janelinha com oito vidros pequenos, cobertos com tinta branca, pelos quais brinco de adivinhar como está o dia, que cor terá o céu. [...]. Não temos recreio, e só saímos do isolamento para ir ao banheiro. Tomamos banho uma vez por semana, porque aqui não há água quente e é preciso levar-nos a enfermaria. Nunca vejo Cristina [refém que estava no mesmo quartel]. Para não esquecer minha voz, canto, porque o que falamos com os carcereiros se reduz a ‘preciso passar ao banheiro’, ‘obrigada’, ‘apague a luz’. [...] (SCHILLING, 1978, p. 58).²²

Podemos visualizar a própria política dos reféns como uma estratégia de repressão do regime político uruguaio, uma estratégia que tinha por maior objetivo “garantir a destruição

²¹ “Calcula-se que, no caso do grupo masculino, nos dez anos e meio que esteve submetido à condição de refém, cada trio foi transferido de unidade militar, cerca de 45 vezes” (Padrós, 2005, p. 566).

²² Padrós (2005, p. 569) expõe que a “metodologia do confinamento dos reféns foi levada ao extremo. A incomunicabilidade referia-se tanto aos demais prisioneiros quanto à guarda – esta última encarregada de dar ordens e maltratá-los”.

física e mental” (PADRÓS, 2005, p. 567) dos prisioneiros. Conforme expõe Padrós (2005, p.579),

Os mesmos elementos existentes como norma de disciplinamento do universo carcerário também eram encontrados na situação particular dos reféns. De forma geral, tratou-se de uma experiência de ‘animalização’ visando destruir as faculdades humanas, a estrutura psicológica da consciência, impedindo o desenvolvimento de qualquer forma de trabalho produtivo, de higiene, de exercício físico, limitando toda informação, cerceando toda possibilidade de informação e de comunicação ou de interação social.

Em entrevista recente, quando questionada a falar sobre o seu período como refém, Flávia comentou sobre a violência nos quartéis:

Teve um momento que, eu nem me lembro qual foi a situação, a gente estava em um quartel de cavalaria, e os quartéis de cavalaria eram horríveis sempre, o pessoal que trabalha com cavalaria já dizia: ‘bom eles são cavalos’, aquela coisa, que eles nos deram um belo susto; um belo susto no sentido de criar um clima, e nos obrigaram a formar, ficar na formação, eles estavam em uma formação num pátio fazendo uma homenagem a alguém que tinha sido assassinado, e obrigaram a gente a estar presente, teve situações tensas, me bateram naquela situação, enfim [...].²³

A constante transferência de presídios trazia inúmeras dificuldades aos encarcerados e pode ser percebida como outra estratégia de repressão do regime militar. Além das mudanças de regras para as cartas – mencionada anteriormente – esses traslados criavam a necessidade de uma nova adaptação, como diz Padrós (2005, p. 570):

Quando finalmente tinham se apropriado ou re-apropriado dos códigos de sobrevivência de cada estabelecimento, vinha uma nova transferência que desarranjava seus mecanismos de defesa cotidiana; era necessário então refazê-los em função das novas condições, o que exigia um bom tempo e muita concentração e determinação.

Flávia deixa transparecer em uma de suas cartas (18/07/1973) o seu temor das transferências: “Mas a verdade é que tenho tanto terror às transferências, porque nunca se sabe onde se vai, nem para o que é a transferência, que nem me importa ficar mais um tempo aqui” (SCHILLING, 1978, p. 62). Entretanto, as transferências continuaram, como podemos observar na carta de 19/03/73: “E aqui estou eu, estreando um novo lar uma semana antes da data prevista. Cheguei na noite passada, sozinha, porque me separaram da minha irmãzinha Cristina” (Ibid., p. 66).

²³ Entrevista concedida por Flávia Schilling às Professoras Carla Rodeghero e Maria Paula Nascimento Araújo como parte do projeto Marcas da Memória em 18/07/2011 na Faculdade de Educação da USP.

O trecho citado possibilita discutirmos outra estratégia utilizada para dificultar as relações dos presos com seus familiares. Flávia comenta que foi transferida uma semana antes do previsto, e conforme aponta Padrós (2005, p. 572), esse fato não foi isolado. Saber onde o preso estava era um desafio. As transferências “ocorriam sistematicamente e sem prévio aviso”, o que acarretava muitas viagens perdidas. As frágeis estruturas montada pelas famílias eram desestabilizadas com as constantes mudanças, que muitas vezes só eram descobertas ao não se encontrar o preso onde ele devia estar. Em carta do dia 14/05/75, Flávia comenta essa situação: “Hoje faz uma semana que estou aqui [referindo-se ao novo quartel]. Estamos muito bem, com muita pena pela visita perdida de domingo e pela viagem inútil que vocês fizeram” (SCHILLING, 1980, p. 56).

A situação de refém duraria, no caso de Flávia e do grupo feminino, até o ano de 1976.²⁴ Foram pouco mais de três anos (junho de 1973-outubro de 1976) de regime de calabouço, incomunicabilidade, humilhações, provocações, castigos corporais, transferências constantes e muita tensão; afinal, qualquer atividade realizada pelo MLN fora da prisão poderia ser paga com suas próprias vidas.

2.3 – A repressão no cotidiano: As estratégias no dia a dia

ART. 76 – A reclusa será submetida a um sistema de normas de disciplina que tem por objetivo infundir hábitos de ordem e especialmente reeducar a personalidade da reclusa e conseguir sua melhoria moral e higiene mental orientado sua futura vida social honesta.²⁵

O artigo acima citado nos possibilita visualizar o objetivo explícito da prisão política uruguaia. Desse modo, observamos que, para atingir as metas propostas, a repressão às prisioneiras passou também por outros elementos. Vejamos agora algumas outras estratégias empreendidas na prisão política uruguaia para disciplinar as detentas.

Erving Goffman (2003) compreende as prisões como “instituições totais”, isto é, ambientes onde a vida dos indivíduos confinados encontra-se submetida a regulamentações diárias, uma vida em constante vigilância, em uma tensão permanente, onde os indivíduos perdem o seu “estojo de identidade”. Podemos aproximar tal concepção à ideia de “poder disciplinar” de Foucault (2009, p.164),

[...] um poder que, em vez de apropriar e de retirar, tem como função maior ‘adestrar’; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. [...]. A disciplina ‘fabrica’ indivíduos; ela é a técnica específica de

²⁴ O grupo masculino só voltaria ao presídio de *Libertad* em 1984, quase onze anos depois.

²⁵ Capítulo XVI do Regulamento da Prisão Feminina de *Punta Rieles*. IN: SCHILLING, 1991, p. 214.

um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e instrumentos de seu exercício. [...]; é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente.

Em sua dissertação de mestrado, Flávia caracteriza a prisão política uruguaia de maneira próxima às concepções acima descritas:

Perseguiu-se a criação do sujeito obediente, submisso, sem pensamento nem ação próprios, sem vida própria. Para tanto concorreram os métodos de despersonalização, o ataque à identidade, a massificação, a desmoralização, o isolamento, a insegurança e a agressão constante. A criação desse sujeito obediente é vista como um labor de destruição, de aniquilamento do ser humano e do ser político. Trata-se de uma guerra. (SCHILLING, 1991, p. 185).

Assim nos parece pertinente entender a prisão política uruguaia de acordo com essas concepções. Aos poucos o ambiente do cárcere, como estratégia de repressão, começa cada vez mais a interferir na vida diária dos detentos, em especial nos seus corpos. Isso pode ser percebido, por exemplo, em carta escrita por Flávia ainda em maio de 1973, quando diz: “Parece que agora nos cortam o cabelo e põem uniforme. Vai haver um escândalo bárbaro. É bastante deprimente sentir-se preso até no aspecto e cada vez que se olhe no espelho” (SCHILLING, 1978, p. 48). Quando foi retirada do presídio como refém a imposição do uniforme e do corte de cabelo padrão ainda não tinha se consolidado. Ao retornar à prisão, entretanto, Flávia também entrou no padrão que havia sido imposto após a sua saída, como pode ser visto em carta 09/11/76: “Quando vocês vierem vão ver como fico bonita com o uniforme e com o cabelo bem curtinho e crespo, como nas fotos de criança” (SCHILLING, 1980, p. 89).

A partir das cartas de Flávia é possível perceber que a atividade de leitura foi muito presente no cotidiano das prisioneiras. Pensada aqui como uma tática de resistência²⁶, tal atividade também passou por sanções nas prisões. Proibir a leitura ou a entrada de determinados livros, isto é, escolher o que as detentas poderiam ler, foi uma estratégia incorporada pela prisão política uruguaia. Em carta escrita em 25/11/74, Flávia comenta: “Estou sentindo muita falta da leitura” (SCHILLING, 1980, p. 48). Em nota, sua irmã explica que “em alguns quartéis era proibido qualquer tipo de leitura; em outros, as presas eram privadas dela como uma forma de sanção por alguma ‘má ação’ que tivessem cometido” (Idem).

Ainda nesse sentido é interessante observar que não havia um padrão muito rígido no

²⁶ Tal discussão será melhor elaborada no próximo capítulo.

que se refere à entrada dos livros na prisão. Enquanto em alguns momentos tais obras podiam ser lidas, vez por outra as mesmas eram proibidas. O pedido de livros para a família é frequente nas cartas de Flávia, e ela tentava se adaptar a essas mudanças constantemente, como pode ser visto na seguinte missiva:

Papai, não envie mais ‘Cadernos de Marcha’ para cá, porque sua entrada aqui depende do nível dos oficiais do turno. Por exemplo: há duas semanas passaram todos os Cadernos, e esta semana não mandaram nenhum até agora. Sabes que a gente que ainda se assusta com o *Marcha* (que desorientados que estão, não é?) e não se dão conta que estes cadernos são de história? [...]. Vou falar com o chefe sobre estes cadernos, mas por agora não envie mais. (12/03/73 – SCHILLING, 1978, p. 34).

Em entrevista, Flávia disse que a questão do trabalho no cárcere foi bastante presente. No regulamento da prisão, constava o seguinte item: “toda penada que se negue a cumprir um trabalhado fixado sofrerá sanção disciplinar estabelecida” (Regulamento de Punta Rieles, Cap. XVI, Art. 77, p. 141-A.)²⁷. Assim, podemos perceber essa atividade como outra estratégia de repressão da prisão política uruguaia, no sentido de dominar o cotidiano e impor a sua vontade às prisioneiras. Nas palavras de Flávia:

[...] havia um cotidiano absolutamente regido por regras, então você tinha que fazer a faxina tal hora, uma semana você ia para a cozinha, havia trabalho, o trabalho era obrigatório, o trabalho muitas vezes era um trabalho inútil, talvez vocês já tenham lido alguns comentários assim como: ‘você vai tirar pedra de um lugar pra colocar em outro’, quer dizer um trabalho como pura disciplina, sem sentido. Havia outros que não, que era produção de hortas, enfim, ou a própria cozinha, que era um trabalho pesadíssimo, você fazer a alimentação de trezentas pessoas, mas pelo menos você produz alguma coisa. Além dos trabalhos obrigatórios, da rotina determinada por eles, horários pra tudo [...].²⁸

* * * *

Neste capítulo procuramos discutir o ambiente da prisão política uruguaia. A partir das cartas escritas por Flávia e, eventualmente, das normas do Regulamento da Prisão Feminina de *Punta Rieles*, procuramos visualizar as estratégias de repressão utilizadas pelo cárcere para “garantir a destruição física e mental” (PADRÓS, 2005, p 567) dos prisioneiros. Pretendemos agora continuar observando o ambiente da prisão política uruguaia, mas por outra via. Entender de que forma a resistência se expressa nas missivas de Flávia, quais as táticas

²⁷ Citado por Flávia Schilling (1991), p. 179.

²⁸ Entrevista concedida por Flávia Schilling às Professoras Carla Rodeghero e Maria Paula Nascimento Araújo como parte do projeto Marcas da Memória em 18/07/2011 na Faculdade de Educação da USP.

utilizadas por ela e suas companheiras para enfrentar a vigilância permanente e manter vivo o seu “estojo de identidade” são nossos objetivos.

Capítulo 3: A resistência

Com o olhar ainda voltado ao ambiente do cárcere político uruguaio, pretendemos no presente capítulo responder a seguinte questão: quais as táticas utilizadas por Flávia e suas companheiras para enfrentar as estratégias de repressão empregadas durante sua prisão que podem ser observadas nas cartas publicadas nos livros “Querida família:” e “Querida liberdade”? Procuramos compreender de que maneira a apropriação de elementos internos da prisão – como, por exemplo, o trabalho obrigatório ou a escrita de missivas – e de meios externos a ela – recebimentos de livros e materiais para trabalhos manuais – contribuíram para a efetivação de táticas de resistência à prisão política.

É importante ressaltar que, quando se fala em táticas de resistência, não se está associando essa noção a uma atividade militante, organizada e coletiva, movida por ideais racionalizados. Fala-se em resistência aqui, principalmente, para se referir a atividades cotidianas que pudessem trazer um mínimo de conforto e meios de sobrevivência à pressão física e psicológica da prisão política. Nesse sentido, a carta de Flávia do dia 10/05/1973 nos parece bastante elucidativa: “Aqui todos os dias os esquemas da gente são destruídos, e a flexibilidade, a amplitude e a retidão têm que primar necessariamente na nova conduta, sob pena de cair na loucura e na angústia” (1978, p. 48).

Tais resistências podem ser percebidas a partir do conceito de “tática”, já apresentado na Introdução, discutido por Michel De Certeau (2011, p. 94/95), que, como aponta o autor, são ações dentro do campo e espaço do inimigo e que

[...] não tem [...] a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as ‘ocasiões’ e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no vôo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia.

Vejamos agora como essas táticas de resistência, os “raios, relâmpagos, fendas e achados no reticulado de um sistema” (CERTEAU, 2011, p. 95), ficam evidenciadas nas missivas de Flávia.

3.1 – Táticas e mais táticas: a construção de uma rotina resistente

Se é verdade que por toda a parte se estende e se precisa a rede de ‘vigilância’, mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela: que procedimentos populares (também ‘minúsculos’ e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los; enfim, que ‘maneiras de fazer’ formam a contrapartida, do lado dos consumidores (ou ‘dominados’?), dos processos mudos que organizam a ordenação sociopolítica (CERTEAU, 2011, p. 40).

Em seu estudo, Certeau procura entender como é que as pessoas comuns jogam com a disciplina, isto é, quais as atividades – táticas –, minúsculas e cotidianas, possibilitam a elas meios de adaptar-se à “rede de vigilância” sem reduzir-se a ela. Na prisão política, esse mecanismo se fez semelhante. Flávia e suas companheiras construíram um universo de práticas que possibilitaram a elas adaptarem-se e sobreviverem à disciplina e à vigilância imposta. Construíram o que aqui denominaremos de uma rotina resistente. É a este aspecto que nos deteremos agora.

Em carta de 03/10/73, Flávia deixa transparecer a necessidade que se tinha de eleger atividades para passar o tempo:

E aqui, que temos todo o tempo do mundo para não fazer nada, nos desesperamos querendo ter alguma coisa em que pensar e temos que ser fortes para nos deixar levar pela saudade de sentir ‘o canto dos pássaros e o murmúrio dos ventos nas árvores’ [...]. (SCHILLING, 1978, p. 69)

Nesse sentido, um exercício bastante mencionado nas cartas de Flávia, e considerado aqui como importante tática de resistência, foram os trabalhos manuais – como a confecção de bonecas e peças de roupas (sempre que possível enviadas como presentes à família). Vejamos isso em algumas cartas:

Agora vou me dedicar à confecção de bonecos de lã, a bordar, etc. Já fiz algumas coisas. Quando perceber que as cartas estão chegando a vocês, começo mandar. (10/12/72 – SCHILLING, 1978, p. 15)

Se encontrarem alguma revista que ensine a fazer alguma coisa fácil (olha que sou mais-que-bruta) de trabalhos manuais, ou se vocês estão precisando de algo, mandem dizer como se faz que eu faço. (09/01/73 – SCHILLING, 1978, p. 21)

Mando no pacote 3 saquinhos de crochê e uma almofada sem encher; num saquinho é preciso pôr um ‘zíper’. O de cordão é para o Jorge [cunhado de Flávia], mas não ficou muito bonito; como tinha pouco fio ficou muito pequeno [...]. Se querem que eu faça algo de crochê, mandem lã (se não for muito difícil). Gosto de fazer trabalho manual, porque é uma forma

produtiva de descarregar os nervos. Há companheiras que descarregam esta tensão fazendo trabalhos manuais com a língua, mas como não gosto de conversar, prefiro por enquanto o crochê. (12/02/73 – SCHILLING, 1978, p.28)

Queridos: estou cansada! Mas não se assustem; o que acontece é que estive dando duro com a agulha de tricô e a lã. (08/03/76 – SCHILLING, 1980, p.77)

Estive tricotando, para entreter-me, um par de meias de lã para mim, grossíssimas, como para ir ao pólo (sic.) norte, que ficaram engraçadíssimas. (24/05/76 – SCHILLING, 1980, p.81)

O constante pedido de materiais como lã, agulha, linha, elástico, argolas e fios por Flávia evidencia a importância desses trabalhos manuais: “Mandem sempre livros (com bom conteúdo e lã). Restos não, porque tenho. Aliás, não tenho nem recheio, nem tesoura para fazer os bonecos. Se conseguirem linhagem, vejam um motivo bonito para bordar” (1978, p. 59).

Nesse sentido, nos parece que os trabalhos manuais foram uma forma de burlar o tempo disciplinar, estabelecido estrategicamente para controlar os prisioneiros. A dominação que se queria fazer presente em todos os momentos era, enfim, astuciosamente desviada, ao menos em parte, por essas atividades, que distraíam e conferiam instantes de individualidade naquele ambiente despersonalizador.

Na passagem citada acima, Flávia pede, além do material para os trabalhos manuais, livros. Tal pedido não foi único, mas sim recorrente nas missivas, como fica evidenciado na seguinte passagem:

Recebi os livros. Mandem mais. Se Cláudia [irmã mais velha de Flávia] pode que mande algum clássico francês, que li pouco. Esticando bastante os livros, duram dois dias (cada um) e em francês pode durar mais. Se puderem mandem algum livro de história como “Processo Econômico do Uruguai” (Fac. De Ciências Econômicas). (09/01/73 – SCHILLING, 1978, p. 21)

Acreditamos que a leitura deve ser pensada igualmente como atividade significativa de resistência cotidiana. Em suas cartas, Flávia elucida essa questão:

Já li pela segunda vez os livros que me mandaram. Para passar o tempo. Na verdade, eram muito bonitos. (16/01/73 – SCHILLING, 1978, p. 22)

Outro dia me ocorreu algo curioso. Estava devorando um livro e de repente me dei conta que estava viva. De que existia, vivia, estava com frio nos pés e dores nas costas, e fiquei muito contente. Estive cerca de uma hora comigo mesma, vivendo, até que pensei que finalidade tinha sentir-me viva no

calabouço, e tornei a submergir-me no livro. Entre as quatro paredes a gente subsiste, está como congelado, a maior parte do tempo. O tempo passa entre o sonho pessoal e o do autor que estamos lendo no momento. (12/04/75 – SCHILLING, 1980, p. 53/54).

Não mandem livros para pensar, pois necessito URGENTE alienar-me, ir-me, esquecer todo um monte de coisas angustiosas. (01/02/75 – SCHILLING, 1980, p 49)

Não se preocupem se me mandem livros que já li. Gostaria de reler alguns [...]. (01/03/75 – SCHILLING, 1980, p. 51)

Uma coisa que queria lhes contar, é que os livros que vocês me mandaram durante todos esses anos, não sei como, muitas vezes respondiam exatamente as necessidades que eu tinha, e me faziam muito bem. (01/05/78 – SCHILLING, 1980, p. 104)

Questionada, muitos anos depois, sobre as atividades de leitura no cárcere e a sua importância como elemento de resistência cotidiana, Flávia disse:

E aí a questão de como você resiste. Então, uma das perguntas que eu vi de vocês, é sobre literatura. Óbvio, eu lia dois, três livros por semana. A literatura foi minha grande aliada. Eu acho aí é muito interessante porque no Uruguai eles nunca tiveram coragem de proibir a leitura, eu acho que exatamente porque é um país tão escolarizado. É uma coisa tão importante a educação que eles não tiveram coragem de cortar isso. Então, mesmo nos piores quartéis os livros entravam [...]²⁹.

As atividades de leitura permitiram, pois, a Flávia pensar, questionar, continuar “viva” naquele ambiente de repressão. Nos parece que a vida fechada – típica das ditas “instituições totais” – era parcialmente rompida com a prática da leitura, isto é, se fugia, mesmo que em pensamento, daquele espaço de dominação e imposição que se pretendia uniforme e homogêneo.

Outras atividades também fizeram parte da rotina resistente de Flávia como a escrita de poesia, os estudos em grupo, a pintura, tocar flauta, jogar vôlei ou mesmo praticar ioga. Na entrevista citada acima, Flávia comentou sobre essa última prática, isto é, a tentativa dela e de suas companheiras de manterem o corpo em movimento, saudável, um meio de fugir da administração dos corpos imposta pelo cárcere. Em suas palavras:

[...] a gente fazia clandestinamente ioga. Era proibido fazer ginástica na cela. Aí a gente fazia ioga, e eu ensinava para as [companheiras], daquele jeito. Então a gente fazia ioga clandestinamente e a gente jogava vôlei no recreio,

²⁹ Entrevista concedida por Flávia Schilling às Professoras Carla Rodeghero e Maria Paula Nascimento Araújo como parte do projeto Marcas da Memória em 18/07/2011 na Faculdade de Educação da USP.

digamos assim, na hora de tomar banho de sol, jogava. Então tinha esse cuidado em se manter fisicamente bem³⁰.

Nesse mesmo sentido, é válido ainda observar a carta de 11 de julho de 1973, quando Flávia comenta:

[...] como aqui não temos nenhuma atividade de desgaste, é preferível comer pouco, inclusive pela digestão. Isso faz parte da ‘disciplina’ do calabouço, tanto como a ginástica, caminhar pelo menos uma hora por dia, não ler tudo de uma só vez, e combinar trabalhos manuais com a leitura e a divagação (11/07/73 – SCHILLING, 1978, p. 60).

Chamamos a atenção para o fato da construção dessa rotina resistente não se limitar apenas a atividades práticas, no sentido físico, mas passar também por questões psicológicas.

Nesse sentido, Flávia, em carta de 19 de fevereiro, escreve:

Na penitenciária a tarefa constante nossa era dar objetivo a nossa existência, para não nos amargurarmos, porque se não a gente começa a pensar na nossa juventude que está sendo desperdiçada, na vida com nossos companheiros que se frustra, nos anos que teremos que passar nessa rotina medíocre, e se termina enlouquecendo. Então a gente se proíbe e leva sempre a um plano objetivo esses pensamentos, e justamente essa é outra tarefa. É incrível o trabalho que dá. Existe muita gente (principalmente os ‘leves’ que só pensam em sair), e os problemas de todo tipo aparecem, desde moral até existencial, passando pelos psíquicos, não são muito numerosos mas existem. Existem e enchem a paciência. (19/02/73 – SCHILLING, 1978, p. 29).

A ironia e o bom humor parecem ter sido uma das táticas utilizadas por Flávia e suas companheiras para enfrentarem essa repressão psicológica tão presente na rotina do cárcere político uruguaio. Foram “armas” de resistência, veículos de expressão de uma certa “liberdade”, rir nos parece uma forma encontrada pelas prisioneiras para ter mais ânimo para enfrentar a situação a que estavam submetidas³¹. Como aponta Rosa (2009):

Flávia parece ter movimentado todas as suas forças para não se deixar dominar pela situação - limite à qual estava submetida. Brincar - ou ironizar - essa situação foi uma das brechas encontradas para não sucumbir. Numa das cartas enviadas do “calabouço”, ironiza sua situação utilizando-se dos personagens do cartunista argentino Quino: “também pensei que já estou cheia de mim mesma! Acho que vou fazer como o Miguelito (de Mafalda) e, através de um golpe de estado, derrocar a minha velha personalidade” (1980, p. 58).

³⁰ Entrevista concedida por Flávia Schilling às Professoras Carla Rodeghero e Maria Paula Nascimento Araújo como parte do projeto Marcas da Memória em 18/07/2011 na Faculdade de Educação da USP.

³¹ Os trabalhos de RODEGHERO (1999) e MACEDO (2006), mesmo que abordando situações diferentes, propõem interessantes reflexões sobre a questão do riso e a resistência.

Algumas passagens das cartas de Flávia nos permitem visualizar tais elementos, como, por exemplo, quando ela comenta a sua situação de refém:

Façam o favor de obedecer-me quando digo tal ou qual coisa. No fim das contas, estou aqui porque se supõe que, além um perigo para a sociedade, sou ‘cabeça’ de não sei o quê, e que ‘não sei quem’ me respeita muito [...]. (15/05/74 – SCHILLING, 1980, p. 39).

Ou quando ironiza a sua condição de “perigosa comendo pirulitos”:

[...] Gostamos muito do “mantecol”, dos doces e pirulitos [recebidos da família de Flávia]. Uma noite fizemos uma orgia com eles, comemos um atrás do outro enquanto morríamos de rir com a imagem da gente: “perigosas sediciosas comendo pirulitos” ou, quando Lia se engasgou com um pauzinho do pirulito, “perigosa sediciosa morre subitamente engasgada com pauzinho de pirulito”. Choramos de riso, vocês poderão imaginar. É isso aí, se a gente se propõe, consegue resgatar a alegria em qualquer circunstância. E que importante é não perder a alegria. Eu me convenço cada vez mais que, se a gente leva dentro de si, como sua bagagem, essas coisinhas tão importantes como a alegria, a esperança, o desejo de dar, a paz consigo mesmo, é capaz de ser feliz e (o que está intimamente ligado a ser feliz) fazer felizes os que nos rodeiam. (08/10/75 – SCHILLING, 1980, p. 67-68)

Em carta escrita no dia 19 de março de 1973, Flávia comenta sobre o seu dia a dia no cárcere, e permite que observemos algumas das atividades que são, aqui, consideradas como táticas de resistência:

Nossa semana começa no dia da chegada dos pacotes e cartas (quarta-feira). Neste dia recebemos o ‘ânimo’ de fora que nos permite agüentar até a outra quarta-feira. São dias em que, entre outras coisas, se preenche um pouco do vazio afetivo que todas temos. Os dias mais importantes são os de visita. Nas 24 horas de cada dia, a situação varia; para algumas a granja é o melhor; para outras, a comida; para outras, a hora de dormir (um dia a menos na prisão!); para outras, a hora da conversa em comum. Isto que estou dizendo vale como regra geral. Sempre há as honrosas exceções. [...]. Isto se reflete no dia-a-dia de muitas gurias. Vivem para fazer presentinhos para todos os amigos e parentes imagináveis, e juntando assunto de todos os lados (inclusive os livros e com ajuda das demais) para encher as cartas. As cartas para os companheiros são incríveis. Geralmente não sabem o que pôr e terminam transcrevendo poemas para encher a folha ou então enchem com milhares de *te amo*, com várias cores e formatos de letras. (SCHILLING, 1978, p. 35 – grifos do autor).

Na passagem citada acima, e a partir das questões colocadas até agora, nos parece possível relativizar a noção de “instituição total” de Goffman. Para esse autor, esses locais seriam ambientes onde as pessoas que ali estivessem perderiam o seu “estojo de identidade”, isto é, seriam espécies de robôs semelhantes entre si. Pelo que constatamos, essa identidade,

que se pretendia manipular, não chegou a se uniformizar totalmente. Os indivíduos que ali estavam enclausurados construíram, no cotidiano, meios de burlar ou adaptar-se a essas imposições de forma a manter suas identidades singulares. Não estamos querendo dizer que a vigilância permanente não existia, mas sim, como demonstram as cartas, evidenciar que as prisioneiras construíram meios de extrapolar esse “poder disciplinar”, e manter, na medida do possível, seus estojos identitários.

3.2 – Quando a repressão virou resistência: o exemplo do trabalho obrigatório

A questão do trabalho obrigatório, já discutida no capítulo anterior, nos possibilita pensar também algumas outras questões, dessa vez do lado dos prisioneiros. Apresentado como estratégia de repressão, esse mesmo trabalho pode ser visto, em algumas das cartas de Flávia, como uma tática de resistência, isto é, um modo de quebrar a rotina rígida do ambiente carcerário, um momento de fuga tanto da cela quanto dos pensamentos relativos à privação da liberdade e a sua situação de presa política. Em carta escrita em 11/ 06/ 1976, por exemplo, nossa personagem nos possibilita pensar tais aspectos:

Estou saindo para trabalhar das 3 às 5, lavar roupa, fazer faxina no lugar onde estamos, lavar os pratos e tudo isso. É ótimo para desintoxicar-se, e são duas horas sem pensar e sem me preocupar. (1980, p.82)

A forma de vivenciar e expressar o trabalho na granja pode ser dividido em dois momentos: no primeiro, o ambiente político do período anterior ao recrudescimento da ditadura possibilitou a Flávia significar tal prática não como repressão, mas como uma tática de resistência como fica evidenciado no seguinte trecho:

Estou trabalhando 4 horas na granja. Como devem imaginar, no fim do dia estamos meio mortas, e com grandes bolhas nas mãos, mas é genial. Vamos a granja grande que, logicamente, está divina. (24/05/73 – SCHILLING, 1978, p. 51).

Entretanto, em um segundo momento, o recrudescimento da ditadura parece ter realocado tal trabalho como estratégia de repressão, da maneira como foi analisado no capítulo anterior. Nesse sentido, em nota a uma das cartas de Flávia, Paulo Schilling escreveu:

O entusiasmo pelos trabalhos era justificado: aumentava a esperança de que se concretizasse uma aliança entre a oficialidade jovem e os tupamaros para construir um novo Uruguai. Posteriormente, à medida em que os setores ultradireitistas se consolidaram no poder, o trabalho passou a ser considerado como um castigo, uma penitência. Atualmente [1978], o trabalho forçado é uma das características do campo de concentração de Punta Rieles. (SCHILLING, 1978, p. 39).

Assim, nos parece que a questão do trabalho transitou entre esses dois polos: repressão e resistência. Por mais que fossem obrigatórios e muitas vezes sem sentido, acreditamos ser possível pensar que, na reinterpretação das prisioneiras, tais atividades se transformavam, muitas vezes, em pontos de fuga do cotidiano, isto é, em táticas de resistência. Afinal, conforme aponta Certeau (2011, p. 96), as táticas apontam para uma hábil *utilização do tempo*, das ocasiões que se apresentam, e também para os jogos que introduzem nas fundações de um poder, e diz mais:

As táticas são procedimentos que valem pela pertinência que dão ao tempo – às circunstâncias que o instante preciso de uma intervenção transforma em situação favorável, à rapidez de movimentos que mudam a organização do espaço, às relações entre momentos sucessivos de um ‘golpe’, aos cruzamentos possíveis de durações e ritmos heterogêneos etc.

A possibilidade de reinterpretar o trabalho nos parece, por si só, um meio de resistir ao cárcere. A imposição do trabalho como punição, ou mesmo como atividade de repressão às prisioneiras, sem a possibilidade de escolha do tipo de atividade, ou mesmo do momento de realizá-la, e a sua transformação, por parte das prisioneiras, em um momento para desintoxicar-se, demonstra a relatividade da noção de uma dominação permanente, “total”, em todos os sentidos, do dia a dia carcerário.

3.3 – As cartas como tática: a resistência a partir das palavras

Neste subcapítulo, pretendemos dialogar com o artigo escrito por Susel da Rosa (2009) intitulado “Flávia Schilling e a escrita de si como dispositivo de resistência”, citado na Introdução, no qual a autora debate mais uma atividade de resistência encontrada por Flávia dentro da prisão. Para Rosa, a própria escrita de si era atividade fundamental, “transformando-se em potência de vida, fornecendo-lhe forças para enfrentar a dura situação”.

Tal ideia pode ser percebida em algumas passagens das missivas de Flávia, como na carta do dia 01/02/75, quando ela escreve: “Vocês nem imaginam como me ajudaram nos vinte dias mais compridos da minha vida³² [...]. Reli todas as cartas velhas que tinha e fiz com elas o colchãozinho de amor e ternura para sobreviver. Vocês, o Magro (estive todos os dias relendo as cartas dele) [companheiro de Flávia] [...]” (SCHILLING, 1980, p. 49).

Assim, nos parece que Flávia compartilhava a solidão e o distanciamento da família – elemento muito presente, principalmente no período em que foi refém – “pela própria escrita ou pela possibilidade de ser lida pelos seus destinatários”, buscando nessa atividade forças

³² Os “vinte dias” se referem ao tempo em que Flávia ficou sendo torturada em um dos inúmeros quartéis do Uruguai.

para se manter equilibrada dentro da Prisão, pois, como aponta Rosa (2009), “quando falamos com alguém, ouvimos o que dizemos; quando escrevemos, lemos o que está sendo escrito. Dessa maneira, tanto a escrita de si quanto o falar de si, possibilita um exercício pessoal”.

Nesse sentido, e concordando com a ideia de Rosa (2009), acreditamos que

[...] a escrita permitia a Flávia não se sentir totalmente impotente. Nesse sentido, escrever parece ter sido uma das formas que ela encontrou para resistir à situação traumática. [...]. A correspondência que enviava e recebia era sua âncora com o mundo fora da prisão.

Em carta do dia 04/02/1976, podemos visualizar nas próprias palavras de Flávia a importância dessa atividade:

[...] Sabem como é que me sinto quando escrevo? Como se tivesse um dique dentro de mim, e deixasse passar por uma portinha um fiozinho de água. Fiozinho que evita que a gente se sinta completamente impotente; só meio impotente. O pior é quando este dique faz parte da gente, e não é imposto, como no meu caso. (04/02/1976 - SCHILLING, 1980, p. 75)

Percebemos, assim, a importância dessa prática como atividade de resistência ao cárcere, pois, como diz Rosa (2009):

A partir de um espaço de dentro, Flávia construía seu espaço de fora – para além da prisão – [...] ela não havia deixado de sonhar, tampouco de viver o presente, os tempos sombrios oferecidos pelas ditaduras latino-americanas. Mesmo que para isso, algumas vezes, fosse preciso transformar-se em “borboleta”, como escreve na carta de 4 de fevereiro de 1976: “Encantos: Por aqui, tudo bem. Estou com vontade de transformar-me em borboleta como os mandingas do ‘Reino deste Mundo’ e sair voando por aí. Isso é uma coisa que faço todos os dias, embora apenas em pensamento” (SCHILLING, 1980, p.74).

Escrever foi atividade constante durante os anos de cárcere de Flávia. Era o seu meio de contato extra-muros. Por mais que se pense, hoje, no absurdo que seria interromper o contato com sua família, isso ocorreu inúmeras vezes, como vimos no capítulo anterior. Tais interrupções eram um meio de evidenciar as restrições a que estavam submetidas as prisioneiras, reafirmando o poder disciplinador do cárcere. Essas cartas, entretanto, tinham uma importância muito maior do que simplesmente a “conversa” com as pessoas queridas. Era um meio de manter viva a própria personalidade. Por mais que a censura rompesse inúmeras vezes essa intimidade, o ato de escrever era uma atividade pessoal, onde não se podia roubar o “estojo de identidade” da remetente. Era uma brecha encontrada por Flávia, e por várias de suas companheiras, no Uruguai e em outros países dominados por ditaduras de Segurança Nacional, para serem elas mesmas. Era uma das táticas de resistência de nossa

personagem em contraponto às estratégias de repressão.

* * * *

Neste capítulo, procuramos entender de que forma a resistência à prisão política uruguaia se faz visível nas missivas de Flávia. Tentamos evidenciar as inúmeras táticas utilizadas por ela e suas companheiras para enfrentar a repressão e a vigilância permanentes daquela instituição. A construção de uma rotina resistente, a partir de diferentes atividades, e uma utilização astuciosa do tempo vivido na clausura possibilitaram a Flávia meios para resistir – e porque não sobreviver? - ao cárcere político uruguaio.

Conclusão

Após acompanharmos Flávia em seu cotidiano na prisão e apresentarmos as nossas interpretações sobre esse período a partir de suas missivas publicadas em livros, acreditamos ser possível propor algumas palavras finais. Flávia ficou quase oito anos presa. Esteve em muitos momentos entre a vida e a morte. Sobreviveu! Mas não sem marcas, como ela mesmo disse em uma de suas cartas: “lição de cadeia fica e cadeia deixa mancha”. (03/10/73 – SCHILLING, 1978, p. 69).

Tentamos, ao longo das páginas desse trabalho, evidenciar como se deu a repressão na prisão política uruguaia e quais foram as formas encontradas por Flávia para sobreviver, física e psicologicamente. Utilizamos como fonte principal para esse fim as cartas escritas por ela durante aquele período. Seria erro nosso levarmos essas missivas “ao pé da letra”. Elas permitem visualizar vestígios daqueles momentos, é como se olhássemos pelo buraco da fechadura: enxergamos do outro lado, mas nem tudo é contemplado.

Dialogamos, na medida do possível, com outros trabalhos que também abordaram essas questões, alguns mais diretamente do que outros, para tentar compreender e visualizar as vivências de Flávia o mais adequadamente possível. É válido apontarmos que nossas discussões tiveram o objetivo de contemplar a repressão e a resistência na trajetória de Flávia e não criar uma “interpretação-padrão” para essas atividades durante os anos da ditadura uruguaia. Isto é, não objetivamos concluir que em outros casos essas questões se deram da mesma maneira. Apenas apontamos uma possibilidade entre outras que, talvez, possa ajudar a iluminar processos mais amplos.

Com certeza deixamos espaços e questões a serem debatidas. Qual a importância da família de Flávia tanto na repressão a ela como na resistência à prisão? Como se deram as campanhas e os movimentos pela libertação de Flávia? Qual a repercussão no Brasil de todos os acontecimentos envolvendo a sua trajetória? Como se deu o exílio da família Schilling? Quais os campos de influência nas decisões de Flávia? Interessantes questionamentos que certamente outros trabalhos virão a contemplar.

Voltemos ao nosso trabalho. Nele respondemos, na medida do possível, as seguintes questões: (1) De que forma é possível perceber nas missivas estratégias de repressão características das prisões políticas uruguaia? (2) Quais as táticas utilizadas por Flávia e suas companheiras para enfrentar as estratégias de repressão empregadas durante sua prisão que podem ser observadas nas cartas publicadas nos livros “Querida família:” e “Querida liberdade”?

Na prisão política uruguaia, foram diversos os mecanismos utilizados para “domesticar” as prisioneiras. A “instituição total” de Goffman e o “poder disciplinar” de Foucault fizeram-se presentes naquele ambiente, ainda que com brechas. A censura nas cartas e as quedas de comunicação eram meios de “dominar” os meios de contato extra-muros. E o que dizer da política dos reféns? Estar nas mãos do Estado e em qualquer momento ter sua vida tirada sem nenhuma explicação foram formas monstruosas de repressão, um “projeto de aniquilamento espiritual e de domesticação” (KOUTZII, 1984, p. 33) empregado pelo Estado uruguaio. Era um confronto cotidiano. Perseguiu-se, como aponta Flávia (1991, p. 185), a

[...] criação do sujeito obediente, submisso, sem pensamento nem ação próprios, sem vida própria. Para tanto concorreram os métodos de despersonalização, o ataque à identidade, a massificação, a desmoralização, o isolamento, a insegurança e a agressão constante.

Pelo que constamos, o Estado uruguaio não poupou esforços para atingir seus objetivos. Percebemos, entretanto, que não faltaram igualmente táticas utilizadas pelas prisioneiras para resistir a essa repressão. Foram pequenas atitudes, atividades e distrações utilizadas por Flávia e suas companheiras para “continuar lutando até o fim contra as loucuras, os desânimos, os erros de conduta e deixar sempre uma semente de alegria, de confiança, de companheirismo, de dignidade e retidão”. (Hospital, 24/12/1972 – SCHILLING, 1978, p. 18).

Utilizamos, assim como define Certeau (2011, p. 94/95), a noção de tática, e por meio dela percebemos que as atividades realizadas não tinham

[...] a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as ‘ocasiões’ e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no vôo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia.

Tratavam-se, enfim, essas resistências diárias, de práticas momentâneas, atividades quotidianas que puderam trazer um mínimo de conforto e meios de sobrevivência à prisão política. Bem diferente da resistência estratégica empregada pela militância clandestina, da qual participou Flávia, contra o Estado ditatorial e que não foi examinada aqui.

Tal fugacidade das táticas de resistência pode ser percebida em uma passagem do

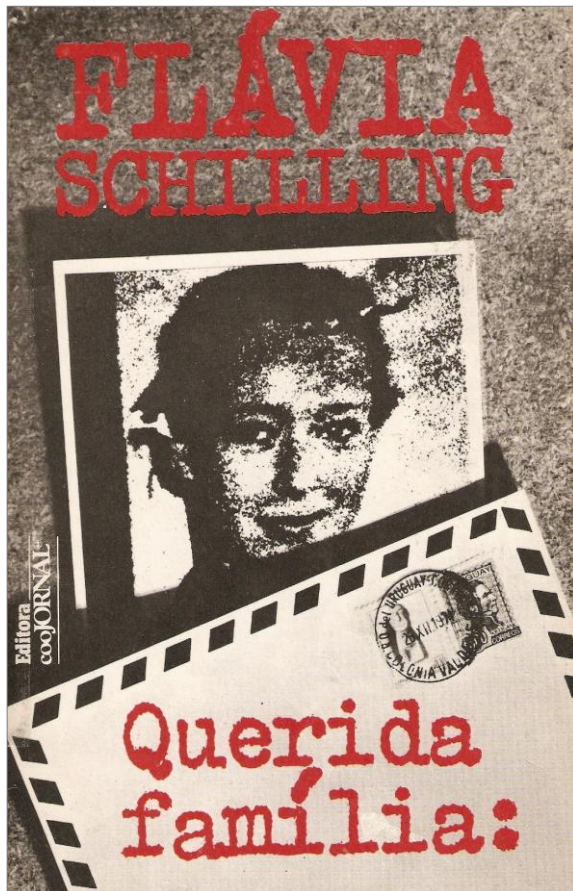
livro de Flávio Koutzii (1984, p.121), quando esse analisa os presídios femininos argentinos e cita a declaração de uma das prisioneiras:

Não havia duração, nada era permanente e o que fazíamos podia durar um minuto, uma hora ou uma vida; o que fazíamos para nossos familiares podia ou não chegar, mas para nós era vital dedicar-lhes uma parte de nosso tempo.

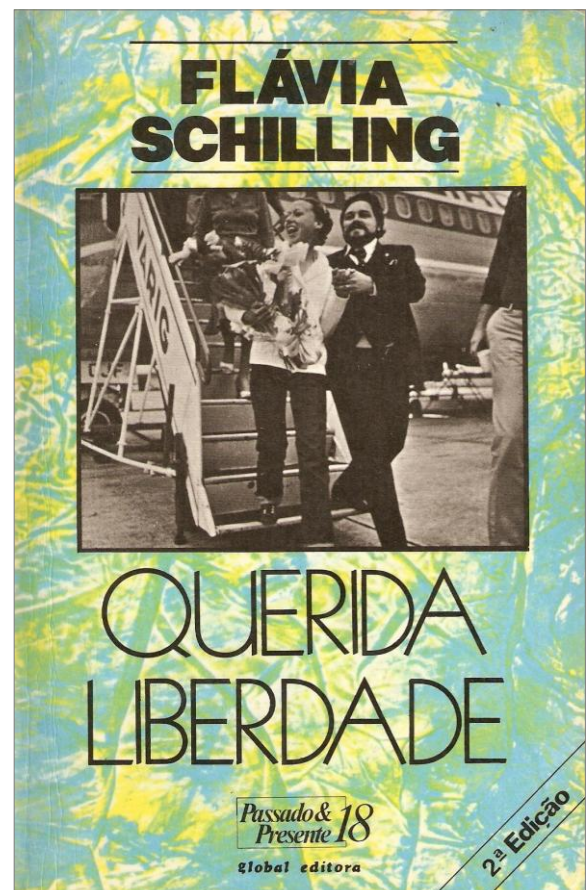
Tal interpretação adequa-se, com perfeição, ao caso de Flávia, como demonstramos ao longo desta monografia.

A resistência foi uma luta geral e cotidiana. Esteve nos trabalhos manuais, na escrita de cartas, em simples exercícios ou mesmo na leitura de livros. A constante vigilância e a disciplina imposta por aquela instituição foram, assim, ao menos em parte, superadas. Como dissemos anteriormente, a construção de uma rotina resistente, a partir de diferentes atividades, e uma utilização astuciosa do tempo vivido na clausura possibilitaram a Flávia meios para resistir – e porque não sobreviver? - ao cárcere político uruguaio.

ANEXOS



Capa do livro “Querida família:”
SCHILLING, Flávia. *Querida
Família:*. Porto Alegre: CooJORNAL,
1978.



Capa do livro “Querida liberdade”
SCHILLING, Flávia. *Querida
Liberdade*. São Paulo: Global Editora,
1980.

LISTA DE FONTES

1. Livros:

SCHILLING, Flávia. *Querida Família*.: Porto Alegre: CooJORNAL, 1978;

SCHILLING, Flávia. *Querida Liberdade*. São Paulo: Global Editora, 1980.

2. Imprensa periódica:

▲ *Zero Hora, O Globo, Jornal do Brasil* – Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.

▲ *Coojournal* – Biblioteca Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação UFRGS.

3. Regulamento: Regulamento da prisão política feminina uruguaia de Punta Rieles, disponível em anexo na dissertação de mestrado de Flávia Schilling (SCHILLING, 1991, pp. 209-215).

4. Entrevistas:

▲ Entrevista concedida por Flávia Schilling às Professoras Carla Rodeghero e Maria Paula Nascimento Araújo como parte do projeto Marcas da Memória³³ em 18/07/2011 na Faculdade de Educação da USP. A entrevista estará disponível no site do Núcleo de Pesquisa Histórica da UFRGS a partir de 2012 <www.ufrgs.br/nph>.

▲ Entrevista disponível na Revista do Movimento do Ministério Público Democrático - *Dialógico* – ano VI, n. 28, dezembro de 2009. Disponível em: <http://www.mpd.org.br/img/userfiles/image/Dialogico_28.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2011.

³³ O projeto Marcas da Memória faz parte de um Acordo de Cooperação Técnica entre a UFRGS e o Ministério da Justiça. Visa construir um acervo de fontes orais e audiovisuais, com critérios teóricos e metodológicos próprios da História Oral para registro e organização de histórias de vida de pessoas que vivenciaram períodos de repressão, notadamente aqueles contemplados pela Lei n.º 10.559/02. Este acervo contará de entrevistas gravadas, filmadas e posteriormente transcritas. Deverão ser realizadas cerca de duas dezenas de entrevistas. Este material será disponibilizado para consulta pública e pesquisa. Integrará tanto o acervo do Memorial da Anistia Política no Brasil, quanto o acervo do Núcleo de Pesquisa Histórica na UFRGS. Na UFRGS, o projeto é desenvolvido pelo Núcleo de Pesquisa em História e coordenado pela professora Carla Simone Rodeghero, do Departamento e PPG em História.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil*. Bauru: EDUSC, 2005.
- BORGES, Viviane Trindade. *Loucos (nem sempre) mansos da estância: controle e resistência no cotidiano do Centro Agrícola de Reabilitação (Viamão/RS, 1972-1982)*. Dissertação de Mestrado UFRGS, 2007.
- CARDOSO, Lucileide Costa. Construindo a memória do regime de 64. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, nº27, 1994.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1996 (1ª Edição em Português) e 2011 (17ª Edição em Português).
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Rio de Janeiro, Vozes, 2009.
- GOFFMAN Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- GOMES, Angela de Castro. Escritas de si, escritas da história: a título de prólogo. In: _____. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- JOFFILY, Mariana. Memória, Gênero e Repressão Política no Cone Sul (1984-1991). In: *Tempo e Argumento*. Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 111 – 135, jan. / jun. 2010.
- KOUTZII, Flávio. *Pedaços de morte no coração*. Porto Alegre: L&pm, 1984.
- LE GOFF, Jacques. “Documento/Monumento”. In: *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. p. 535-549.
- MACEDO, José Rivair. O riso no medievo como forma de resistência. In: *Revista do Instituto Humanistas Unisinos*. IN. 198. Ano VI. São Leopoldo: 2006. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=450&secao=198>. Acesso em: 14 nov. 2011.
- MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e Arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.
- MANSAN, Jaime Valim. *Imprensa contra-hegemônica: o caso do Coojornal (1976-1983)*. IN: III Simpósio Lutas Sociais na América Latina, 2008, Londrina/PR. Anais do III Simpósio, 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/jaime.pdf>> Acesso em: 14/11/2011
- MAUÉS, Flamarion. Livros na campanha pela Anistia. IN: *Perseu: história, memória e política/ Centro Sérgio Buarque de Holanda*. N.6. Ano 5. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.
- MORAES, Maria Lygia Quartim. Direitos humanos e terrorismo de estado: a experiência brasileira. *Cadernos AEL: Anistia e direitos humanos*. Campinas: UNICAMP/IFCHA/AEL, Vol. 13, n. 24/25, 2008.

PADRÓS, Enrique Serra. A ditadura cívico-militar no Uruguai (1973-1984): terror de estado e segurança nacional. In: *Ditaduras militares na América Latina*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e segurança nacional: Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura civil-militar*. Tese (Doutorado em História) – Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

RODEGHERO, Carla Simone. Rindo do inimigo: o riso e o combate católico ao comunismo. In: *Anos 90*. Porto Alegre, v. 12, p. 129-152, 1999.

RODEGHERO, Carla Simone; DIENSTMANN, Gabriel; TRINDADE, Tatiana. *Anistia ampla, geral e irrestrita: história de uma luta inconclusa*. Santa Cruz do Sul: Editora da Unisc, 2011.

ROSA, Susel Oliveira. Flávia Schilling e a escrita de si como dispositivo de resistência. *Revista Labrys: estudos feministas*. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.tanianavarrowswain.com.br/labrys/labrys15/ditadura/susel2.htm>>. Acesso em: 14 nov. 2011.

SCHILLING, Flávia. *Querida Família*:. Porto Alegre: CooJORNAL, 1978;

SCHILLING, Flávia. *Querida Liberdade*. São Paulo: Global Editora, 1980.

SCHILLING, Flávia Inês. *Estudos sobre resistência*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

SCHMIDT, Benito Bisso. Práticas e táticas: Michel de Certeau (re) inventa o cotidiano. In: *Biblos*: revista do Departamento de Biblioteconomia e História. Rio Grande Vol. 6 (1994).

TRINDADE, Tatiana. *O papel materno na resistência à ditadura : o caso das mães de Flávio Tavares, Flávio Koutzii e Flávia Schilling*. Trabalho de Conclusão (Graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Licenciatura em História, Porto Alegre, BR-RS, 2009.